



caderno
ASG 2023

Índice

1.

Perfil e governança

- 04 Estratégia fiscal
- 09 Casos de mitigação de risco social, ambiental e climático
- 12 Temas emergentes
- 15 Engajamento de clientes
- 17 A atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG)
- 30 Contribuições a associações
- 31 Materialidade
- 32 Avaliação de externalidades

2.

Ambiental

- 33 Ecoeficiência
- 40 Estratégia de conservação ambiental

3.

Social

- 42 Gestão de pessoas no Banco do Brasil
- 51 Saúde, segurança e bem-estar
- 55 Incentivos fiscais
- 57 Inclusão financeira
- 60 Direitos Humanos

Apresentação

Apresentação

O Banco do Brasil apresenta a segunda edição do seu Caderno ASG, parte integrante da comunicação de seu desempenho em sustentabilidade, com o objetivo de ampliar a transparência do processo de prestação de contas aos públicos de interesse.

O Caderno ASG complementa e dialoga com o Relatório Anual por meio de informações adicionais que contemplam temas relevantes para esses públicos, apresentadas em artigos, em abordagens de gestão e em indicadores de desempenho.

Esse conteúdo é dividido em três capítulos - Governança, Ambiental e Social – cada um deles tocando em pontos específicos de temas como gestão de riscos, ecoeficiência e gestão de pessoas, entre outros.

Outra característica importante do Caderno ASG é que se trata de uma peça dinâmica, passível de ser atualizada ao longo do ano, à medida que aprimoramos critérios importantes da nossa gestão e tornamos pública a evolução dos nossos resultados em sustentabilidade.

Boa leitura!

perfil e governança

Estratégia **fiscal**

Objetivo

Nossa estratégia fiscal visa estabelecer diretrizes destinadas ao gerenciamento eficiente da tributação, a fim de valorizarmos e protegermos os direitos e interesses dos nossos acionistas. A estratégia fiscal inclui as definições de governança fiscal geral, com abrangência de competências, atribuições, funções e responsabilidades em relação aos encargos tributários (impostos, contribuições, taxas e outras obrigações fiscais).

A estratégia fiscal é aplicada em planos de negócios, investimentos em outros países, projetos de estruturação societária, aquisição de empresas, contratação de serviços, realização de parcerias e lançamentos de produtos e serviços bancários e financeiros.

Conformidade

A estratégia fiscal também visa o pagamento de tributos de forma adequada, em valores precisos e de forma pontual. Essa regularidade evita multas e acúmulo de passivo tributário. O pagamento em valor correto e a tempestividade são garantidos por meio de estudo e conhecimento aprofundado da legislação fiscal aplicável, bem como de mecanismos sistematizados de controle tributário. São adotadas soluções legais que permitem minimizar impactos e mitigar riscos tributários com o intuito de obter maior efetividade e eficiência fiscal. Assim, mantemos a carga tributária nos níveis exigidos por lei, o que se reflete positivamente em nossos resultados.

Conduzida de forma consistente e segura, nossa estratégia fiscal cumpre regularmente as normas legais tributárias, obrigações e declarações fiscais. Essa forma de atuação também visa conferir credibilidade aos nossos negócios e às nossas subsidiárias integrais, com a manutenção de uma relação transparente e cooperativa com as autoridades fiscais das localidades em que operamos.

Garantias

O Presidente do Banco é o responsável pela aprovação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), conforme normativos internos. O Comitê de Administração da Diretoria Contadoria é o responsável pela aprovação das bases de apuração dos tributos por nós devidos e por nossas subsidiárias integrais no País, na qualidade de contribuintes.

O cumprimento das normas e diretrizes fiscais é garantido por ações técnicas específicas realizadas continuamente, sob a administração da Diretoria Contadoria, por meio de sua Gerência de Gestão e Planejamento Tributário, que coordena a formulação e a implementação do planejamento de tributos, gerencia os riscos, controles, conformidade dos processos em seu âmbito de atuação e administra as obrigações referentes aos tributos.

Governança fiscal

A gestão correta dos assuntos fiscais é parte fundamental de nossa cultura e nossa prática empresarial. O conhecimento das normas fiscais é difundido pela Diretoria Contadoria às áreas estratégicas e operacionais, com o compromisso de seus funcionários, por meio de pareceres técnicos, estudos tributários, notas técnicas e instruções normativas, os quais são submetidos à aprovação de Comitês Executivos Estratégicos e do Conselho Diretor.

No processo de gestão, utilizamos os mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários às decisões organizacionais relativas aos negócios, as atividades prestadas e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

A governança fiscal visa, portanto, a adequação à legislação em todos os países em que atuamos.

Operações no exterior

Em cumprimento às ações previstas no Plano BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), prestamos informações às Administrações Tributárias (Fiscos) signatárias do acordo, o que evidencia nosso constante movimento de atuação, em conformidade com as leis tributárias locais e internacionais.

A troca de informações entre as autoridades fiscais de diversos países constitui-se uma importante ferramenta para demonstrarmos que, em nossas operações, cumprimos as regras de preços de transferência (transfer pricing). Além disso, permite verificar que tais regras estão sendo corretamente aplicadas.

Essa troca de informações fornece indicadores relacionados à localização das atividades; ao montante de receitas total obtido de partes relacionadas (transfer pricing) e não relacionadas; aos impostos pagos e devidos, bem como a todas as entidades integrantes do grupo localizadas nessas jurisdições; e às atividades econômicas por elas desempenhadas.

Nesse âmbito, as operações realizadas entre as empresas de nosso grupo econômico observam as regras de preço de transferência (transfer pricing) em condições de mercado (princípios de arm's length). Além disso, nos comprometemos a não transferir valor gerado para jurisdição com baixa tributação, bem como a não utilizar estruturas fiscais com intenção de evasão fiscal.

Também cumprimos as normas relativas ao Regime de Tributação em Bases Universais (RTBU) nas operações realizadas em países com tributação favorecida (paraísos fiscais). Dessa forma, as respectivas receitas são devidamente tributadas no Brasil, sobre as quais incide Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Reconhecemos que a cooperação internacional e a disponibilização de informações tributárias contribuem para o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais por nós firmados, levando sempre em conta a necessidade de proteção do sigilo das informações.

Demonstrações

Observada a legislação aplicável, divulgamos sistematicamente, em nossas demonstrações contábeis e análises financeiras, informações consolidadas sobre despesas tributárias, ativos e passivos tributários, principais discussões judiciais provisionadas envolvendo tributos e principais alíquotas dos tributos incidentes sobre nossos negócios e resultados.

Seguindo esse mesmo processo e sistematização de controle e conformidade, também divulgamos, de forma consolidada, e ao lado detalhada, os resultados obtidos e as despesas de impostos verificados em nossas unidades no exterior. No quadro a seguir, destacamos o resultado líquido e as despesas de impostos nas localidades em que operamos:

A disponibilização dessas informações na declaração Country-by-Country, desde 2017, traduz-se na elevação do padrão das melhores práticas a serem implementadas no plano fiscal.

	2021				2022				2023			
	Receita total	LAIR	Imposto Pago	Imposto Provisionado	Receita total	LAIR	Imposto Pago	Imposto Provisionado	Receita total	LAIR	Imposto Pago	Imposto Provisionado
Brasil	151.128.839	22.854.745	3.233.225	2.487.411	266.302.431	38.254.048	5.762.346	4.400.251	293.786.774	39.868.747	5.326.458	4.261.937
Alemanha	69.876	33.981	9.585	17.753		(103.639)	13.942	11.908	114.097	37.265	10.199	15.623
Argentina	6.759.670	391.488	308.521	67.129	10.217.128	408.150	8.421	138.026	11.063.679	450.672	55.208	485.710
Austria	4.400.854	9.094	-	-	4.109.620	(200.816)	-	-	4.831.136	(200.270)	-	-
Bolivia	1.373		-	-			115	-			-	-
Chile	6.998		96	-	50.025		5	-	-	-	-	-
China	46.334	23.361	-	778	1.279.127	5.494	-	2.706	49.137		1.688	1.440
Eua	810.948	319.569	16.048	19.068	57.984	325.406	14.656	27.170	3.244.150	408.222	20.236	30.852
Franca	42.562	20.980	305	3.822	5.257.623		4.843	100	83.537		1.086	6
Ilhas Cayman	5.410.646	248.506	-	37	1.265.438	358.093	-	35	6.120.763	283.697	-	32
Inglaterra	762.310	57.694	23.154	11.577		(435.660)	71	14.661	1.973.199	431.928	53.434	57.716
Irlanda	3.381		-	-	-		-	-	-	-	-	-
Italia	2.429		4.198	-	227.108	-	39	-	-	-	15	-
Japao	300.168	81.649	93.045	8.954	19.667		31.676	29.446	493.855		49.312	34.728
Paraguai	29.467	7.101	953	578	18.807		377	1.054	43.092		1.225	876
Portugal	22.562		5	481			-	114	34.253		799	112
Singapura	816		-	-	288.758.126		-	-	-		-	-
Total por país	169.799.233	23.989.791	3.689.135	2.617.588		38.453.561	5.836.491	4.625.471	321.831.194	41.147.191	5.519.660	4.889.032
Eliminação	(9.937.025)	-	-	-	(8.767.455)	-	-	-	(11.447.047)	-	-	-
Consolidado IFRS	159.862.208	23.989.791	3.689.135	2.617.588	279.990.671	38.453.561	5.836.491	4.625.471	310.384.147	41.147.191	5.519.660	4.889.032

Juridicidade e transparência

Além de observarmos e seguirmos os termos da lei, em nossa gestão das obrigações fiscais, consideramos o entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre a intenção da lei. As transações que envolvem aspectos fiscais são realizadas de forma que demonstrem claramente os resultados comerciais e os impactos fiscais, sem dependência prioritária desses impactos para a viabilidade negocial.

Análise da diferença da alíquota efetiva em relação à média da taxa efetiva da indústria, publicada pela S&P

Nossa alíquota efetiva para o ano de 2023 foi 19,40%. A diferença de -25,60 p.p comparada à alíquota nominal (45%) se deve, principalmente, ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, o qual se configura como despesa dedutível para fins tributários, ao resultado de equivalência patrimonial das coligadas e joint ventures, cuja tributação ocorre nas empresas de origem e não no investidor final e às receitas não tributáveis relativas às operações com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO. No quadro a seguir, detalhamos cada um dos componentes que explicam a diferença observada:

2023 - Análise da diferença da alíquota efetiva de imposto

Média do setor	21,29%
Alíquota Nominal	45%
BB	19,40%
Juros sobre Capital Próprio	-12,41%
Operações com recursos do FCO	-6,12%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-7,76%
Diferença de Alíquotas aplicadas às subsidiárias	-2,03%
Outras Diferenças Temporárias	2,71%
Diferença entre alíquota efetiva e alíquota nominal	-25,60%

Em relação à alíquota efetiva média do setor de bancos (21,29%), publicada pela S&P Global, a diferença observada foi de -1,89 p.p. Nesse sentido, o principal elemento que nos diferencia dos demais participantes desse setor, são as receitas não tributáveis relativas às operações com recursos do FCO. Ademais, consideramos que nossa alíquota efetiva de impostos está alinhada ao nível do setor.

A alíquota fiscal em dinheiro para 2023, calculada como o montante de imposto pago dividido pelo lucro líquido antes dos impostos sobre o rendimento, foi de 13,41%. A diferença de -6,53 p.p. em comparação com a média do Setor Bancos (19,94%) publicada pela S&P Global, mostra um nível apropriado de pagamento de impostos e está associada às compensações de impostos retidos na fonte e/ou pagos a maior de períodos anteriores.

Riscos fiscais

Nossa estratégia fiscal envolve riscos financeiro, nos negócios e de imagem. Os principais riscos fiscais mitigados com as estruturas técnicas e jurídicas específicas estão relacionados com:

- Interpretação incorreta ou insuficiente de normas legais e regulamentares tributárias, inclusive em relação a isenções no pagamento de tributos, alíquotas adequadas, regimes especiais de tributação, créditos tributários, incentivos e benefícios fiscais;
- Não conformidade com as regras de pagamento, retenção e recolhimento de tributos e contribuições, bem como de outras obrigações fiscais;
- Não aceitação pelo Fisco de planejamento tributário relacionado a novos negócios ou estruturação societária e de investimentos;
- Não adoção tempestiva de medidas corretivas que visem à regularidade e à conformidade quando identificadas e necessárias; e
- Não acolhimento pelo Fisco de informações e documentos fornecidos em resposta a procedimentos de fiscalização e autuações.

Ações mitigadoras de riscos fiscais

A execução e a disseminação de nossa estratégia fiscal são garantidas por estruturas técnicas (Diretoria Contadoria) e jurídicas (Diretoria Jurídica) específicas, cujos focos centrais são:

- A identificação preventiva de riscos tributários, sua mitigação e a manutenção de níveis adequados de conformidade e regularidade fiscal com o intuito de minimizar perdas mediante rotinas padronizadas, procedimentos adequados e tempestivos voltados à apuração, ao pagamento, à retenção e ao recolhimento de tributos e contribuições. Essas ações integram nossas estratégias associadas ao gerenciamento do risco operacional;
- O monitoramento da eficácia das medidas de tratamento dos riscos tributários a fim de melhorar continuamente os processos e sistemas e minimizar perdas;
- O auxílio na tomada de decisões e na definição da estratégia de mitigação desses riscos;
- A detecção de alterações nos ambientes legal e regulatório que possam nos impactar;

- O monitoramento, a identificação e o reporte das fiscalizações e autuações das Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante a análise e o acompanhamento de procedimentos e processos fiscais, como Mandados de Procedimentos de Fiscalização (MPF), Termos de Verificação Fiscal (TVF), Relatórios Fiscais e Autos de Infração lavrados por esses órgãos;
- O relacionamento com a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos fiscais administrativos, com o objetivo de prevenir e solucionar questões tributárias em defesa dos nossos interesses diretos e indiretos;
- A consultoria para nossas áreas estratégicas e para os projetos de estruturação societária e de investimentos, com a apresentação de informações relacionadas à normatização tributária. Com isso, é possível subsidiar e

orientar o uso de isenções no pagamento de tributos, alíquotas adequadas, regimes especiais de tributação, créditos tributários, incentivos e benefícios fiscais, além de permitir a adoção de medidas corretivas que visem à regularidade e à conformidade quando necessário;

- A adoção de medidas contenciosas administrativas e judiciais com o objetivo de defender nossos direitos e interesses; e
- Os estudos para que os tributos e as contribuições sejam apurados e pagos (Banco como contribuinte) e retidos e recolhidos (Banco como responsável tributário) de forma adequada, em valores precisos e, tempestivamente, buscando eficiência tributária e estrito cumprimento das normas legais e regulamentares relativas à conformidade e à regularidade fiscal.

A Estratégia Fiscal do Banco do Brasil para o período 2023/2024 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07.12.2023, o que ratifica o comprometimento da alta administração do BB com as melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança).

Casos de mitigação de riscos *social, ambiental e climático*

O Banco do Brasil tem como premissas a ética e a transparência no relacionamento com seus diversos públicos, a sociedade e o meio ambiente. A geração de valores sociais, a proteção ao meio ambiente e a mitigação dos impactos das emissões de gases do efeito estufa caminham juntas com os indicadores de natureza econômica na busca pela perenidade e solidez da Organização.

Buscando contribuir para um mundo mais sustentável e socialmente justo, o Banco do Brasil mantém em constante avaliação sua adesão a novos acordos e compromissos, que vêm resultando no aperfeiçoamento de suas políticas, práticas, normativos e processos.

O compromisso com a gestão dos riscos social, ambiental e climático se manifesta em iniciativas e pactos dos quais somos signatários, como o Pacto Global, os Princípios do Equador, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), o GHG Protocol, a TCFD e o Business Ambition (Net Zero). Ainda, se manifesta pela incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento de nossa estratégia e nos

processos de gestão de riscos e de crédito, contribuindo para o reconhecimento do Banco do Brasil como uma das instituições financeira mais sustentáveis do mundo.

As Diretrizes de Sustentabilidade Banco do Brasil para o Crédito buscam dar visibilidade às práticas negociais e administrativas adotadas pelo BB no processo de crédito, reforçando os compromissos assumidos e em alinhamento aos princípios constantes em nossa **Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC)**.

E como isso funciona na prática?

Para mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, instituímos e revisamos políticas, normas de gestão, procedimentos e cláusulas contratuais, além de recomendar medidas e procedimentos corretivos em caso de identificação de deficiências.

Complementarmente, também mitigamos o Risco Climático Físico por meio de ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc)¹, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA)², além de financiamento a segmentos voltados para a economia de baixo carbono, aplicação de condições específicas para financiamento a setores mais sensíveis ao Risco Climático, orientação a partes interessadas quanto à gestão de riscos climáticos e adequação das estruturas e processos do Banco.

Fornecemos aos nossos clientes um portfólio de produtos que inclui Seguros Agrícolas³ para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos.

Atentos aos impactos do risco da não transição para uma economia de baixo carbono por parte de nossos clientes e potenciais clientes no resultado dos nossos negócios, buscamos mitigá-lo por meio do desenvolvimento e oferta de soluções financeiras com aspectos sociais e ambientais alinhados às nossas

¹ Indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas.

² Sistema, desenvolvido internamente, que mantém informações sobre custos de produção, histórico de preços e produtividade por cultura e município produtor.

³ Programa de Garantia de Atividade Agropecuária.

Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito, que estão em sinergia com compromissos internacionais assumidos pelo Governo Federal, entre eles os relacionados à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Nossas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito preveem a observância de critérios sociais, ambientais e climáticos na análise e condução de empréstimos e financiamentos concedidos. Dessa forma, exigimos dos tomadores de crédito a apresentação de documentos que comprovem a regularidade ambiental (licenças ambientais, relatórios de impacto ambiental, outorga d'água, sempre que cabível) – condição precedente à contratação do crédito e acompanhada por toda a sua vigência. Para a contratação de crédito, são exigidos documentos quanto à origem da produção animal ou vegetal, a exemplo Documento de Origem Florestal.

No caso de imóveis rurais ou localizados nos municípios do Bioma Amazônia, é vedada a concessão de crédito caso constatado registro na lista de áreas embargadas por desmatamento ou queimadas irregulares do Ibama.

Além disso, não assumimos riscos de crédito com clientes que submetam trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou que mantenham em condições análogas à de

trabalho escravo, pratiquem a exploração sexual e/ou utilizem mão de obra infantil ou exerçam qualquer atividade ilegal ou que seja responsável por dano doloso ao meio ambiente. Não acolhemos em garantia imóveis localizados em sítios arqueológicos, ocupados por comunidades de etnias com proteção legal (índios, quilombolas, entre outras), classificados como contaminados, exceto os com a classificação AR - Área Reabilitada para uso declarado ou Reabilitada. Para tanto, avaliamos por meio de análise técnica se há indícios de contaminação do solo e consultamos listas públicas oficiais de áreas contaminadas.

Na vinculação de imóveis rurais em garantia, há inserção de obrigações relacionadas às responsabilidades social e ambiental e declarações do(s) proprietário(s) de que o(s) imóvel(is) está(ão) e estará(ão) em conformidade com a legislação ambiental brasileira, concedendo ao Banco a prerrogativa de suspensão do repasse de recursos ou mesmo o vencimento antecipado da dívida em caso de infringência.

Avaliamos o nível de responsabilidade social, ambiental e climático nas análises de limite de crédito de empresas, produtores rurais, cooperativas e instituições financeiras bancárias, por meio do Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Social, Ambiental e Climático (RSAC), permitindo conhecer

e analisar as práticas dos proponentes de crédito que, em função do porte e da atividade econômica desenvolvida, apresentem maior potencial de risco, e também na análise de projetos de investimento, com valor financiado pelo BB igual ou superior a R\$ 10 milhões. Caso necessário, são realizadas visitas para verificação in loco das condições sociais e ambientais do cliente e/ou do projeto a ser financiado, o que permite ao Banco certificar-se das informações apresentadas com maior detalhamento.

Os projetos abrangidos pelos critérios dos Princípios do Equador possuem uma esteira própria de análise, abrangendo as etapas de enquadramento, categorização e acompanhamento com o apoio de consultoria especializada independente, de acordo com o impacto social, ambiental e climático potencial identificado, por toda a vigência dos financiamentos.

Com essas boas práticas, o Banco busca mitigar riscos sociais, ambientais e climáticos e reduzir os impactos de seus financiamentos e investimentos, bem como identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

A seguir, alguns exemplos da aplicabilidade da nossa diligência social, ambiental e climática.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de critérios sociais, ambientais e climáticos, de adoção voluntária por instituições financeiras em nível mundial, referenciados nos Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Socioambiental da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial. Sua adoção permite identificar, avaliar e gerir riscos sociais, ambientais e climáticos, associados ao financiamento de empreendimentos de maior vulto enquadrados como Project Finance ou Financiamento Corporativo Dirigido a Projetos, além de outras modalidades de apoio e serviços relacionados.

Para os projetos de maior potencial de risco enquadrados nos Princípios do Equador, o Banco exige, além da comprovação da regularidade social e ambiental, aplicável a todas as operações de crédito, a constituição de Sistema de Gestão Social e Ambiental e a contratação de consultoria especializada independente para avaliar e acompanhar a conformidade com a legislação aplicável e os Padrões da IFC e do Banco Mundial, remetendo relatórios periodicamente ao BB, por toda a vigência dos financiamentos.

Caso o cliente não atenda eventuais pendências, providências ou recomendações apontadas nos acompanhamentos periódicos, o Banco tem a prerrogativa contratual de suspender as liberações dos recursos ao empreendimento ou vencer antecipadamente o financiamento.

Em 2023, foram contratados sete financiamentos sob a ótica dos Princípios do Equador, todos eles referentes a *Project Finance*, dos quais seis voltados à geração de energia elétrica e um à infraestrutura.

A avaliação social, ambiental e climática por consultoria especializada independente foi exigida para seis dos sete financiamentos enquadrados. Os relatórios de avaliação concluíram, de forma geral, que os impactos e riscos ambientais e sociais dos empreendimentos são limitados, reversíveis e controláveis por meio de medidas mitigatórias.

O Banco do Brasil tem atuado com rigor quanto à exigência de atendimento às diretrizes da IFC relativas ao inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE), mudanças climáticas e direitos humanos, e orientado as consultorias independentes quanto ao uso do termo de referência acordado entre os bancos signatários para o aprimoramento dos relatórios de análise e monitoramento dos empreendimentos.

A seguir, apresentamos casos de risco social, ambiental e climático mitigados em 2023, com base nas medidas indicadas nos acompanhamentos dos empreendimentos cujas operações foram enquadradas nos Princípios do Equador:

Caso 1 Empresa de energia eólica que, seguindo as recomendações da consultoria independente contratada para a gestão dos Princípios do Equador, realizou análise minuciosa dos contratos de seus funcionários e das empresas terceirizadas, que se mostrou importante para a conformidade dos documentos com a legislação trabalhista e a observância dos direitos dos trabalhadores, mitigando assim potenciais riscos e contribuindo para a satisfação dos funcionários.

Caso 2 Projeto de Pequena Central Hidrelétrica, que apresentou uma série de documentos, relatórios e evidências atualizadas que destacam as ações efetuadas e as consultas prévias realizadas às comunidades indígenas de seu entorno, conforme solicitado em relatório de diligência da consultoria independente, inerente aos Princípios do Equador. O relatório destacou, ainda, a importância de manter uma agenda ativa de reuniões e diálogos com os representantes das comunidades, de modo a garantir o respeito aos direitos e interesses desta população.

Caso 3 No projeto de um terminal de granéis, foi recomendada no relatório de diligência da consultoria independente contratada a implantação de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). Esta medida representou avanço na gestão de recursos e na prevenção da poluição. A instalação da ETE pelo terminal de grãos não só melhorou a eficiência no tratamento dos recursos, como também demonstra uma abordagem proativa para minimizar os impactos social e ambiental.

Crédito suspenso ou vedado

Exemplos em que a análise de operação ou o relacionamento de crédito com o cliente foram descontinuados em função da identificação de risco social, ambiental e climático:

Caso 1: O Banco do Brasil descontinuou o relacionamento em crédito com empresa, que atua na cultura de cana-de-açúcar e fabricação de etanol e açúcar, em virtude de sua inclusão no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Caso 2: Em virtude da existência infração ambiental (embargo do Ibama), relacionado à destruição de vegetação nativa sem autorização pelo órgão competente, o Banco do Brasil optou por vedar a contratação de novas operações de crédito com o cliente, que atua no setor de bovinocultura, no Estado do Mato Grosso.

Caso 3: Foram vedadas novas exposições em crédito com cliente do setor varejista, envolvido em denúncias de violação de direitos humanos, pela prática de agressão ou constrangimento em suas lojas.

Estudos estratégicos

- Diante da ocorrência dos fenômenos El Niño e La Niña, o Banco do Brasil elaborou estudos específicos para identificar os potenciais impactos de tais fenômenos sobre as principais atividades e regiões do País, e realizar acompanhamentos da evolução dos cenários climáticos e suas implicações.
- Com o objetivo de robustecer o processo de Gestão do Risco Climático, de forma a mitigar o risco e prover melhores insumos para a tomada de decisão, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC¹, para o risco climático físico, e pelo NGFS², para o risco climático de transição. Os cenários possuem informações compatíveis e aplicáveis ao Brasil, com o objetivo de prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária do país e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB.

Conheça as **Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito**.

¹ Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>.

² Network for Greening the Financial System.

Temas emergentes

Os riscos emergentes podem ser definidos como as possibilidades de ocorrências de eventos cujas informações ainda não são suficientemente compreendidas e que apontem perspectivas futuras de impacto significativo nos resultados do Banco. Esses riscos podem tornar-se relevantes caso seu impacto potencial seja ampliado e se reflita nos objetivos estratégicos da empresa, o que requer a adoção de processos de gestão específicos.

Nesse contexto, contamos com processo de identificação dos riscos relevantes, políticas de riscos, normas, procedimentos, estrutura, governança, infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e processos de gerenciamento de riscos e de capital que proporcionam a segurança necessária ao desenvolvimento dos nossos negócios.

A gestão dos riscos do Banco é realizada a partir das atividades desenvolvidas com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, controlar, monitorar, reportar, e mitigar os riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Em 2023, foram implementadas melhorias no processo de identificação e definição da relevância dos riscos, com ajuste nos critérios qualitativos de medição da relevância, padronização de escala geral

de avaliação dos riscos e criação de escalas específicas para os riscos de reputação, social, ambiental e climático, considerando sua transversalidade aos demais riscos relevantes.

No contexto dos temas emergentes, os fatores que podem gerar ou aumentar a exposição aos riscos são abrangidos de forma qualitativa, que considera os riscos que podem impactar o atingimento dos objetivos constantes da Estratégia Corporativa, riscos inerentes às atividades das Entidades Ligadas Banco do Brasil, fatores de risco considerados mais relevantes e que possam impactar os negócios e os resultados das operações do Banco, diretrizes regulatórias no Brasil e exterior, preocupações da indústria bancária, e benchmark de instituições financeiras do Brasil e do exterior.

Tais informações são traduzidas em fatores de risco e avaliadas em relação à sua possível materialização, dentro do escopo dos riscos relevantes do Banco. Para isso, são aplicados pesos diferenciados definidos em função da viabilidade de gestão, que podem variar conforme sua complexidade. O resultado da exposição geral dos riscos em relação aos fatores avaliados é classificado em escala de criticidade, utilizada para definir e priorizar os temas relevantes aos quais o Banco está exposto.

Riscos geopolíticos e “desglobalização”

Os riscos geopolíticos aumentaram à medida que a economia global se deparava com a pandemia de Covid-19. Os recentes conflitos entre nações vêm ampliando a gama de riscos geopolíticos com que as organizações se debatem, prolongando o cenário de incertezas gerado, devido à falta de perspectiva de acordo entre as partes. Também geram consequências econômicas como o aumento do preço do petróleo, do gás e dos alimentos. Com a guerra, os produtores têm dificuldade de produzir, o que faz o preço global dos alimentos subir e impactar o orçamento das famílias.

As guerras também acabam afetando as maiores economias e podem fragmentar as relações comerciais entre mercados aliados. Apesar de conflitos terem existido ao longo de toda a história, o atual cenário global mostra uma tendência de “desglobalização” e retração das interações econômicas, políticas e culturais entre países, com uma possível onda de boicotes, protecionismo e disputas territoriais e por recursos, que ameaçam uma desconexão geral dos mercados, aumento generalizado de preços e a escassez

de produtos. As relações comerciais não seriam puramente econômicas, que buscam por produtos e insumos mais baratos. As relações comerciais seriam geopolíticas, mesmo que os produtos sejam mais caros.

Os riscos geopolíticos, decorrentes das atuais e possíveis futuras guerras, podem comprometer os negócios nacionais e internacionais do Banco do Brasil, seja pela variação de preços das exportações/importações, volatilidade nos ativos financeiros associada às taxas de câmbio e mercado de ações, aumento nas taxas internas e externas de juros, encarecendo os produtos e serviços bancários, ou até mesmo através de crises sociais e humanitárias que gerem desemprego em massa e queda brusca na capacidade de pagamento de nossos clientes, causando a deterioração das nossas carteiras de crédito. Além da tendência de afastamento entre as nações, que pode dificultar a cooperação internacional para resolução de problemas ou desenvolvimento de soluções de ordem tecnológica e de segurança, por exemplo, que geralmente são dominados pelos países mais desenvolvidos.



O Banco do Brasil realiza estudos e promove debates para abordar os panoramas macroeconômicos e os desafios a curto, médio e longo prazo. Dentre os temas que são insumos para as discussões são abordados os panoramas do cenário internacional e doméstico. Essa dinâmica auxilia o Banco a construir a sua estratégia, processos de gestão de riscos e tomada de decisões.

Os riscos são identificados e monitorados quanto à sua exposição, além de avaliados seus impactos em relação aos demais riscos já declarados como relevantes para o Banco.

Os cenários são definidos, como os baseados em oscilações na inflação, câmbio e taxas de juros, e são realizados choques considerando a carteira de crédito, o volume de captações comerciais (depósitos à vista, a prazo, poupança, depósitos judiciais, LCI e LCA), receitas e despesas, por exemplo PCLD.

Esses estudos, realizados pelas áreas de risco, orçamentária, estratégica e de assessoramento econômico, auxiliam na definição das metas, orçamento, capital e apetite a riscos.

O BB como agente financeiro do Tesouro Nacional e principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal, é responsável pelo financiamento de atividades comerciais, industriais e rurais, difusão e orientação do crédito, efetivação da política de comércio exterior, entre outras atribuições, e dessa forma, contribui para fortalecimento da economia interna e desenvolvimento do país¹.

Risco da concorrência relativa a novos arranjos financeiros

Em linha com a popularização das criptomoedas e tokenização de ativos, os novos arranjos de sistemas financeiros estão ganhando novos adeptos, impondo novos desafios aos sistemas financeiros tradicionais com sua inovação e praticidade. A incorporação ou não dessa tendência em seus negócios configura um novo risco para o BB, que poderá estar sujeito à redução no uso de produtos tradicionalmente bancários e, decorrente disso, à diminuição da captação de recursos e consequente queda na disponibilidade de empréstimos, por exemplo.

O Banco terá o desafio de competir e/ou apresentar alternativas que sejam atrativas ao consumidor e compatíveis com as ofertas apresentadas por esses novos sistemas, como a maior privacidade, através de transações via redes blockchain, o que dificulta o rastreamento das transações por terceiros, e as menores taxas, justificadas pela redução da quantidade de intermediários envolvidos no processo.

O consumidor atual olha além dos players tradicionais. Ele está mais informado, mais conectado e exigente, aberto a conhecer novas opções de negócios, buscando não só melhores oportunidades de investimento

e financiamento, mas, combinado a isso, baixo custo e burocracia reduzida. Além de cenários que indicam menores ganhos com intermediação financeira, as instituições precisarão ofertar aos seus clientes mais facilidade e independência na hora de realizar suas transações, sem renunciar à segurança e confidencialidade. Nesse sentido, surgem os riscos relativos à competitividade e adoção das finanças centralizadas e descentralizadas (CeDeFi).

Do inglês Centralized and Decentralized Finance, CeDeFi é uma tendência que combina as vantagens de finanças centralizadas (CeFis), como a segurança e regulação dos bancos tradicionais, com as de finanças descentralizadas (DeFis), como criptomoedas e empréstimos diretamente entre os usuários, sem intermediação de terceiros, conhecido como peer-to-peer (P2P).

Apesar do conceito controverso de centralizar e descentralizar finanças e de, aparentemente, ir contra o movimento Web 3.0, que tem como premissa dar mais autonomia aos seus usuários através da desintermediação nas transações, a tecnologia CeDeFi desperta o interesse da parcela do mercado ainda não familiarizado com os novos e tecnológicos arranjos financeiros, por dificuldade de utilização das plataformas ou receio da ausência de segurança e compliance.

Essa inovação é observada dentro do BB, através da ferramenta Radar de Tendências Tecnológicas (RTT), que mapeia as principais

novidades da tecnologia, para os próximos anos, tornando possível a identificação de seus riscos e oportunidades.

O BB monitora essa tendência, analisando o surgimento de novos modelos de negócios e tecnologias, como forma de se antecipar aos seus potenciais impactos dentro do conglomerado, contando com equipes de diversas áreas relacionadas ao tema, para entender e acompanhar seu desenvolvimento e adequar tempestivamente seus processos e planejamentos.

Desde agosto de 2022, o BB conta com o Programa Lentes (Laboratório de Experimentação de Novas Tecnologias), que tem o propósito de impulsionar a inovação, gerando valor para o Banco e para os seus clientes. O Lentes procura instrumentalizar iniciativas nos campos de tecnologias blockchain, inteligência artificial, moedas digitais, permitindo o desenvolvimento de produtos e soluções que nos ajudem a acompanhar a evolução de mercado e sua integração com ecossistemas digitais.

Através de estratégias de transformação, intensificamos nossos investimentos em novas tecnologias, permitindo a criação de soluções e oportunidades apropriadas para cada um de nossos clientes, desde os mais antigos aos recém conquistados, bem como otimizamos nossos processos de tomada de decisão, garantindo maior assertividade e agilidade em acompanhar a evolução do sistema financeiro e do mercado bancário.

¹Referência: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa | 2024 (Ano-Base 2023).

Riscos de manipulação de identidade digital

Deep Fakes são imagens e vídeos gerados artificialmente que podem ser usados para manipular e alterar imagens e vídeos de indivíduos sem o consentimento deles ou como uma arma por atacantes internos e externos à organização. Pessoas mal-intencionadas podem criar notícias falsas, gerar desinformação ou pornografia não consensual, golpes de *phishing*, entre outros tipos de fraude, criando sérias preocupações em relação à privacidade e à confiança na era digital.

Os Bancos podem ser impactados por fraudes de identidade, em que *Deep Fakes* são utilizadas para criar vídeos ou áudios que imitam clientes reais, enganando sistemas de verificação de identidade e permitindo que fraudadores acessem contas bancárias ou realizem transações fraudulentas.

Também há o risco de ataques de engenharia social, que por meio de *Deep Fakes* são realizados ataques de *phishing* sofisticados. Os fraudadores criam vídeos ou áudios de executivos de bancos pedindo aos funcionários para compartilhar informações sensíveis ou realizar operações indevidas.

Informações falsas sobre a estabilidade de um Banco ou de seus executivos criadas por *Deep Fake* podem abalar a confiança dos clientes e investidores, afetando negativamente os preços das ações, a reputação da instituição e manipulando os mercados financeiros.

O uso de *Deep Fakes* pode gerar complicações legais e regulatórias, exigindo dos Bancos mais investimento em tecnologia e adaptações nas suas políticas e normas para proteger clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores e promover a integridade do sistema financeiro.

A *Deep Fake Defense* é um conjunto de estratégias, tecnologias e medidas utilizadas para detectar, prevenir e mitigar a disseminação de *Deep Fakes*. Algumas técnicas são: Marcas d'água Digitais, Autenticação de Mídia, Conscientização Pública, Tecnologias *Anti-Deep Fake* e Sistemas de detecção de *Deep Fake*. A Defesa contra essa ameaça é um campo em constante evolução à medida que os *Deep Fakes* se tornam mais sofisticados e difíceis de detectar. Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento contínuos são necessários para enfrentar esse desafio.

O *Deep Fake* e adoção de medidas para proteção a esse risco fazem parte do rol de tendências tecnológicas, sob acompanhamento do BB.

Engajamento de *clientes*

Engajando os clientes para uma vida mais sustentável por meio de negócios e investimentos sociais

O Banco do Brasil direciona as suas ações de acordo com as demandas da sociedade, com os ODS e com o Acordo de Paris por meio dos **Compromissos BB para um Mundo + Sustentável**, estruturados nos eixos de Crédito Sustentável, Investimento Responsável, Gestão ASG e Climática, e Impactos Positivos na Cadeia de Valor.

As **Diretrizes BB de Sustentabilidade para o Crédito**, tem, dentre seus direcionadores, aprimorar o alinhamento dos princípios de desenvolvimento sustentável às práticas cotidianas dos negócios bancários, em particular nas operações de crédito.

De forma a promover o engajamento e a orientação dos nossos clientes para uma vida mais sustentável, atuamos para auxiliá-los na transição para um portfólio mais sustentável, contribuímos para que

investidores direcionem recursos para companhias que entregam externalidades sociais, ambientais e climáticas positivas, apoiamos a agricultura de baixo carbono, a redução de emissões de GEE e a promoção da inclusão financeira e da diversidade.

Visando engajar os consumidores na transição para energia renovável e para a redução de emissões de GEE, ofertamos o **BB Crédito Energia Renovável**, financiamento de sistemas fotovoltaicos e sua instalação para a geração de energia solar residencial, o **BB Crédito Mobilidade**, com condições especiais para aquisição de bicicleta, patinete ou moto elétrica e o **Financiamento de carros elétricos** com taxas especiais¹.

No ano de 2023, implementamos estratégias de marketing direto com o objetivo de divulgar produtos que reduzem os impactos ambientais e apoiam a sustentabilidade empresarial.

Ao todo, foram 8,3 milhões de interações enviadas a clientes do mercado de Consumidores e Varejo PF, com ofertas de linhas de crédito de energia renovável e placas fotovoltaicas, por meio dos canais de rede agências (plataforma), notificação e banner no App BB, SMS e e-mail marketing.

¹Quando comparado ao financiamento de veículos à combustão nas mesmas condições de negócio.

Em dezembro de 2023 foi desenvolvido modelo analítico de propensão de consumo aos produtos de crédito ASG.

Temos também trabalhado para engajar clientes a investir em ativos sustentáveis, oferecendo produtos diversificados que aliam rentabilidade às melhores práticas ASG. As soluções de investimento responsável alcançaram R\$ 11 bilhões no final de 2023.

Nossos clientes têm acesso, também, ao **LCA Verde**, cujos recursos são direcionados exclusivamente para operações de baixo carbono, energia renovável e demais linhas que atendam aos critérios ASG previstas no nosso framework de finanças sustentáveis. Em 2023, o produto atingiu a marca de R\$ 7,8 bilhões em saldo e impactou a redução de seis milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Visando a inclusão e a criação de impactos socioeconômicos positivos, proporcionamos acesso a financiamentos e serviços de inclusão financeira, com condições acessíveis que satisfaçam as necessidades dos consumidores desfavorecidos, pessoas com deficiência, microempreendedores, mini e pequenos produtores rurais, tais como o **BB Crédito Acessibilidade, Pix, Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)**,

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Desenrola Brasil, para o qual promovemos uma **playlist** no Youtube com 16 vídeos somando em torno de 100 mil visualizações.

Os clientes consumidores superendividados estão contemplados nas estratégias de crédito do BB e recebem, além de monitoramento contínuo, ações de estímulo e orientação para planejamento do orçamento financeiro pessoal. Além disso, estes clientes são considerados nas metodologias de limite de crédito sob a forma de condução preventiva e público-alvo das campanhas de oferta de crédito para reperfilamento de suas dívidas, bem como nas estratégias de abordagem preventiva ao endividamento e uso responsável do crédito, que atingiram mais de 600 mil clientes.

O Banco do Brasil investe em ações de educação financeira, pois acredita no seu poder de contribuir para melhoria da qualidade de vida de seus clientes, assessorando-os em suas necessidades e perspectivas pessoais e financeiras, posicionando o BB como um parceiro na orientação financeira pessoal e fortalecendo o vínculo com a Instituição.

Visando aprimorar o atendimento hiper personalizado e aumentar a proximidade com

os nossos clientes, foram disponibilizados os perfis financeiros com orientações e conceitos úteis para 27 milhões de clientes negociais. A iniciativa permite instrumentalizar os funcionários da rede durante o atendimento, com orientações sobre educação financeira e oferta de soluções para gestão do orçamento.

Em 2024, aprovamos a **Política Específica de Educação Financeira**, para estabelecer diretrizes relacionadas à promoção da educação financeira na estratégia de relacionamento com o cliente, tais como a oferta de soluções e orientações para organização e planejamento orçamentário, incentivo a hábitos de poupança, resiliência financeira e concessão de crédito responsável e consciente.

Ainda para apoiar os consumidores em educação financeira, o BB oferece soluções como **Minhas Finanças** e **Blog BB**. O “Minhas Finanças no Whatsapp BB: Falando de Educação Financeira com IA”, ganhou o troféu prata no Prêmio ABT 2023.

O conteúdo do Blog BB foi um importante componente na jornada digital do Banco e, em 2023, a plataforma recebeu mais de 1,9 milhão de visitantes, sendo 1,6 milhão de novos usuários, superando 3,1 milhões de

visualizações. Além de conteúdos de educação financeira, o Blog BB também deu foco à editoria de segurança digital, com informações de prevenção contra golpes e dicas de como agir em caso de suspeita.

No Blog BB, temos o **Simples Assim**, que traz conteúdo sobre finanças pessoais e gastos do dia a dia. O Simples Assim apresentou aos clientes uma playlist no Youtube sobre educação financeira chamada **“Família Dias”**, com dúvidas e problemas iguais aos de muitas famílias brasileiras, principalmente, quando o assunto é finanças: equilibrar as contas, tentar sair do vermelho, evitar dívidas e investir para conquistar metas. A série é composta por **5 vídeos**, somando 2,4 milhões de visualizações.

A Fundação BB apoia projetos de geração de trabalho e renda, em todas as regiões do País, para a inclusão socioproductiva das pessoas em vulnerabilidade. Veja mais detalhes no título “Apoio não financeiro” deste documento.

Em relação à diversidade, em dezembro de 2023, o Banco lançou o Ourocard Raízes - primeiro cartão por meio do qual Banco do Brasil e a Visa farão doações focadas em ações que promovem a visibilidade da causa racial.

Para intensificar o apoio ao empreendedorismo feminino, contamos com a estratégia **Mulheres no Topo**, que tem o objetivo de apoiar as mulheres que desejam empreender ou ampliar seus negócios. O movimento oferece soluções financeiras, de educação empreendedora e de saúde e bem-estar. Entre as diversas ações do programa, foi desenvolvida plataforma exclusiva com conteúdo e benefícios especiais para todas as mulheres.

Com foco no crédito para as mulheres, o BB lançou linhas com condições especiais para esse público. O **FCO Mulheres Empreendedoras** e a linha de **Giro Mulher Empreendedora**. Nessas duas linhas já foram desembolsados mais de R\$ 245 milhões.

Em 2023, o Banco do Brasil ampliou o Circuito de Negócios Agro e, em parceria com o Senar, deu início ao Circuito de Treinamentos Agro com foco na capacitação técnica e de gestão dos micro e pequenos produtores rurais. Os projetos foram essenciais para o Banco do Brasil no sentido de ampliar a proximidade com nossos clientes e parceiros. Em 2023, os projetos, somados, alcançaram: 241 etapas, 690 municípios impactados, 7,5 mil capacitados nos treinamentos, R\$ 5,0 bilhões em negócios prospectados e 200 mil km rodados.

A atividade de **Relações Institucionais e Governamentais (RIG)**

Entendemos as Relações Institucionais e Governamentais (RIG) ou somente Relações Governamentais (RelGov)¹ como um conjunto de estratégias de engajamento adotadas por indivíduos, organizações, grupos sociais ou econômicos, tanto em nome próprio quanto representando terceiros, por meio de ações de *lobbying* e *advocacy*, com o intuito de colaborar com as autoridades públicas na formulação de decisões políticas mais completas e eficazes².

As Relações Governamentais desempenham importante papel na consolidação e efetivação da democracia, que vai além da simples governança pela maioria, incorporando o respeito e a inclusão das minorias, e enfrentando os diversos desafios impostos por uma sociedade e uma economia cada vez mais complexas. Dentro desse contexto, a principal função dos profissionais de RIG é fortalecer os canais de participação, estabelecendo laços mais estreitos entre os tomadores de decisão e aqueles que são afetados por essas decisões³.

No Brasil, desde 2019, a Relação Governamental é uma atividade reconhecida pelo Ministério do Trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁴, com a definição de que lobistas são agentes que atuam no processo de decisão política, participam da formulação de políticas públicas, elaboram e estabelecem estratégias de relações governamentais, analisam os riscos regulatórios ou normativos e defendem os interesses dos representados.

¹ A prática de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), muitas vezes associada ao termo *lobbying*, remonta ao final do século XIX, com o surgimento da palavra “lobista”. O presidente dos Estados Unidos, Ulysses S. Grant, utilizava esse termo para descrever as pessoas que esperavam no lobby do Hotel Willard, em Washington, para encontrar-se com ele e influenciar suas decisões políticas.

² IRELGOV. Guia de melhores práticas da atividade de relações governamentais. São Paulo, 2019.

³ IRELGOV. Guia de melhores práticas da atividade de relações governamentais. São Paulo, 2019.

⁴ A CBO possui a finalidade de identificação da ocupação no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. BRASIL, Ministério do Trabalho - CBO: 1423-45 (<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>)

Relações Institucionais e Governamentais no Banco do Brasil

O sistema de gestão que rege as atividades de RIG no BB (*lobbying, advocacy, defesa de interesses, entre outras*) está embasada na Política Geral de Escopo Institucional do Banco do Brasil, isto é, a política que orienta o Banco com relação à ética, à responsabilidade social, ambiental e climática, à gestão da marca e aos escopos organizacional, negocial e de participação societária. No BB, temos a transparência, a ética e o compromisso com a responsabilidade social, ambiental e climática como orientadores das práticas administrativas e negociais e dos relacionamentos com os públicos de interesse.

Além de aderente ao Código de Ética do Banco do Brasil, as práticas de RIG também são norteadas por políticas específicas da organização, dentre as quais destacamos:

- Política Específica de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços;
- Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo, ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa e à Corrupção;
- Política Específica de Controles Internos e Conformidade (Compliance);
- Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática; e
- Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito.

Assim, com base nesses normativos institucionais, norteamos o relacionamento com os nossos clientes, inclusive os do Setor Público, resguardando possíveis conflitos de interesse, atuando na prevenção e combate à corrupção e observando os princípios de cooperação, transparência, legalidade e ética. Tomamos nossas decisões com base nas obrigações de *compliance* e nas melhores práticas de mercado, considerando também critérios para promoção da diversidade, equidade e inclusão.

No BB, realizamos atividades de *lobbying* de forma direta, com o objetivo de auxiliar as autoridades públicas a tomarem uma melhor decisão política. Também atuamos indiretamente, por meio de associações setoriais, com a finalidade de gerar oportunidades e mitigar riscos, contribuindo para melhorias no ambiente regulatório, econômico, social, ambiental e climático.

No que tange ao *lobbying* em alinhamento com o Acordo de Paris, dentre as ações realizadas pelo Banco do Brasil, têm-se:

- Participação em associações ou órgãos públicos fomentando o engajamento empresarial e políticas climáticas efetivas;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- Disponibilização de informações técnicas;
- Participações em reuniões e audiências públicas com os tomadores de decisões;
- Monitoramento do processo legislativo, para fornecer informações aos envolvidos na elaboração das políticas públicas, permitindo a eles uma visão mais completa do impacto que suas decisões irão ter na sociedade⁵.

Dessa forma, o BB contribui com a formulação de políticas públicas, fazendo uso dos mecanismos legítimos de defesa de interesses disponíveis em nossa democracia participativa.

⁵ Exemplos de posicionamento, estudos e audiências públicas com a participação do BB ou de associações que o BB possui representação:

Prevenção a desastres e calamidades naturais: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72457>

Investimento Hidrogênio Verde: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?54&reuniao=11452&codcol=2589>

Taxonomia verde: <https://www.camara.leg.br/noticias/970207-especialistas-buscam-classificacao-das-atividades-economicas-quanto-aos-impactos-socioambientais/>

Selo Investimento Verde: <https://www.camara.leg.br/noticias/863689-projeto-cria-selo-para-incentivar-praticas-sustentaveis-no-mercado-financieiro>

Mercado Brasileiro de Redução de Emissões: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11455&codcol=50>

Mercado de Carbono: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?27&reuniao=12162&codcol=1450>

Economia de baixo carbono: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=2820&codcol=1450>

⁶ BANCO DO BRASIL, Atuação Institucional em Sustentabilidade do Banco do Brasil. Unid. ASG, Dez/2023.

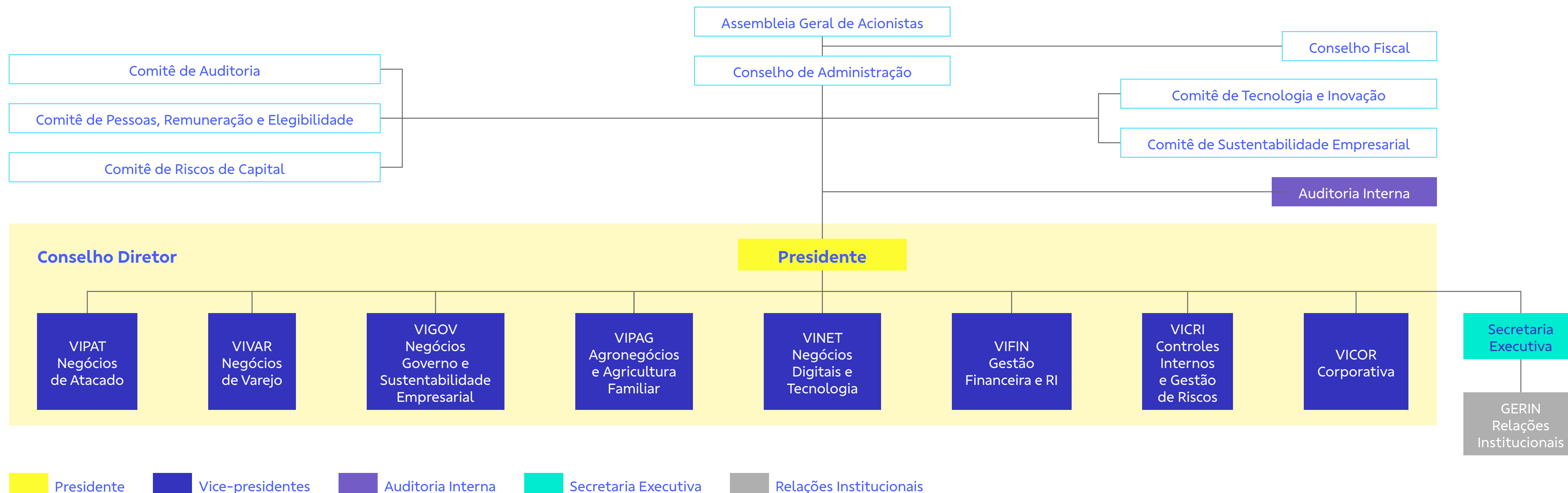
Governança das Relações Institucionais e Governamentais no BB

O BB adota as melhores práticas de governança corporativa, mantendo compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Desta forma, a gestão corporativa conta com uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão⁶.

A Secretaria Executiva, órgão ligado diretamente à Presidência do BB, realiza, por meio de sua Gerência Executiva de Relações Institucionais (GERIN), a coordenação do relacionamento do Banco do Brasil com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional. Para um efetivo gerenciamento das relações, a GERIN utiliza ferramenta tecnológica para registro e transparência sobre todas as audiências e interações realizadas entre tomadores de decisão e o time de relações institucionais, bem como as demandas e ofícios encaminhados ao BB, por membros do Congresso Nacional. Ademais, possui responsabilidade pela coordenação da gestão das representatividades do BB em associações e em órgãos públicos.

Banco do Brasil

Perfil e governança
03
02
01
Capítulo



Por sua natureza de Sociedade de Economia Mista, a atividade de RIG no Banco do Brasil é transversal e compartilhada. Isto é, diversos setores da empresa realizam a defesa dos interesses da instituição nas três esferas de Governo (federal, estadual ou municipal), bem como em associações comerciais e/ou em órgãos públicos que possuem representação.

Neste sentido, considerando sua natureza jurídica e as especificidades de ser uma empresa que possui alta diversidade nas demandas institucionais, cada unidade estratégica do Banco participa e realiza *lobbying* específicos às suas atribuições, defendendo os interesses do BB e das partes interessadas, seguindo as diretrizes das políticas gerais e específicas da empresa, bem como suas respectivas governanças.

Semanalmente, a GERIN elabora e envia aos membros da Alta Administração e aos Diretores e Executivos das Unidades Estratégicas da empresa informes contendo os principais temas que tramitaram no Poder Legislativo Federal, com destaque para o posicionamento da empresa, as áreas internas que analisaram o assunto e as ações de *lobbying* realizadas pelo BB. No documento, destacam-se a defesa dos interesses com foco no desempenho social, ambiental e climático, bem como a promoção de políticas públicas, dentre as quais, aquelas aderentes ao Acordo de Paris. Ademais, o reporte engloba o posicionamento setorial para aprimoramento do ambiente regulatório, por meio da atuação de associações e confederações comerciais, nas quais o BB é membro.

Fluxo de monitoramento e atuação legislativa do Banco do Brasil (Tabela 1)



*Principais Comissões temáticas com foco em alinhamento climático ativas no Congresso Nacional:

- Câmara dos Deputados: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS); Comissão de Minas e Energia (CME); e Comissão Temporária de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde.
- Senado Federal: Comissão de Meio Ambiente (CMA); Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC); e Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV).

Lobbying e Associações Comerciais - Alinhamento Climático

O Banco do Brasil, em alinhamento com o Acordo de Paris, ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e a importância de engajar governos, setor privado e sociedade nos esforços para reduzir gases de efeito estufa e adaptar comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e com o papel de liderança que o Brasil pode assumir nesta questão.

Para o Banco do Brasil, o risco climático consiste na possível ocorrência de perdas decorrentes de mudanças climáticas, gatilhos de eventos climáticos extremos ou eventos que terão no longo prazo consequências, que podem afetar a criação de valor pelas empresas. Esta nova abordagem baseou-se nas recomendações publicadas pelo TCFD, nas quais as instituições financeiras foram solicitadas a identificar e divulgar de forma transparente os riscos relacionados às mudanças climáticas, além de sugerir a análise dos elementos climáticos como chave para a estratégia resiliência do negócio.

Alinhada à Estratégia Corporativa do BB 2024-2028, que define os direcionamentos para a atuação do Banco nos próximos cinco anos, a atividade de RIG do BB é embasada nos objetivos estratégicos da empresa, dentre os

quais destacamos a perspectiva ASG de nosso Mapa Estratégico, que possui como objetivo ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de práticas e negócios ASG. Para isso, a Gerência de Relações Institucionais (Gerin) possui indicadores para mensurar o *lobbying* alinhado ao Acordo de Paris, dentre eles o indicador “Gerin – Agenda ASG”.

O indicador “Gerin – Agenda ASG” afere o percentual de cumprimento do monitoramento e da atuação BB em matérias legislativas em tramitação no Congresso Nacional, que visam promover a cultura da sustentabilidade e a descarbonização do planeta; enfrentar as mudanças climáticas; incentivar a transição energética; impulsionar a diversidade, equidade e inclusão; e fomentar as melhores práticas de governança corporativa.

Atualmente, existem várias matérias legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que tratam da sustentabilidade ambiental, bem como as mudanças climáticas. O BB possui um robusto sistema de monitoramento do ambiente regulatório⁷, com uso de ferramentas digitais e submetido à governança e *compliance*.

Diariamente, são analisadas todas as proposições legislativas apresentadas pelos parlamentares federais, as matérias são

⁷ A tabela 1 (página 20) apresenta o fluxo de monitoramento e atuação legislativa do BB, com enfoque nas matérias legislativas sobre alinhamento climático.

classificadas como de interesse ou não para o Banco do Brasil, que passa a monitorar a tramitação destas matérias no Congresso Nacional, ou seja, desde sua apresentação como projeto até a fase de promulgação ou sanção da lei. Desta forma, o Banco também participa do processo de formulação de políticas públicas, sendo por meio da propositura de notas técnicas sobre os temas em debate, participando com representantes da empresa nas audiências públicas nas casas legislativas, ou seja, realizando *lobbying* de forma direta junto aos parlamentares e formuladores de políticas públicas ou indireta por meio de debates e registro de seu posicionamento sobre o tema nas associações setoriais.

Quanto ao alinhamento climático, o BB monitora no Congresso Nacional matérias legislativas que contribuem para o alinhamento do Acordo de Paris, dentre as quais destacamos:

- Adaptação às mudanças climáticas (PL 4129/2021);
- Licenciamento Ambiental (PLP 102/2024, PLP 262/2023, PL 2159/2021 e PLS 168/2018);
- Economia verde, neutralização de carbono, Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, mercado de carbono e debêntures

verdes (PL 2088/2023, PL 182/2024, PL 4516/2021, PL 4464/2021 e PL 5173/2019);

- Hidrogênio verde, sustentável e de baixo carbono; combustíveis do futuro (PL 2308/2023, PL 5751/2023, PL 725/2022 e PL 258/2020);
- Taxonomia Ambiental e Social de atividades econômicas (PL 2838/2022);
- Práticas de construção sustentável e gestão de resíduos sólidos (PL 702/2021 e PL 9938/2018); e
- Selo nacional ASG (PL 4363/2021).

Em 2023, o Congresso Nacional debateu e aprovou proposições da “pauta verde”, alinhadas ao cumprimento do Acordo de Paris e o Banco do Brasil, direta ou setorialmente, acompanhou o debate, participou de audiências públicas e contribuiu com notas técnicas sobre a questão, como por exemplo:

- PL 2148/2015, regulamenta o mercado de carbono no Brasil. O texto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões e um mercado de venda de títulos, a proposta continua em monitoramento pelo BB, pois está na fase de revisão pelo Senado Federal (PL 182/2024);

• PL 11247/2018, objetiva criar marco legal para a exploração e desenvolvimento da geração de energia a partir de fontes de instalação offshore, como por geração eólica no mar, tendo como princípios fundamentais o desenvolvimento sustentável, a segurança energética e a redução das emissões de carbono. O PL continua acompanhado pelo BB, pois está em análise pelo Senado Federal (PL 576/2021);

• PL 5816/2023, cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono para fomentar o incentivo as rotas de produção do combustível e derivados além de um marco legal para o setor. Também foi aprovado o PL 2308/2023 que também institui uma Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Emissão de Carbono (Hidrogênio verde). As matérias encontram-se em revisão pelas casas legislativas;

• PL 528/2020, propõe a criação de “combustíveis do futuro”, dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano.

Quanto à atuação em associações, o BB tem um modelo de gestão da representatividade que é regulado em seus normativos internos, com responsabilidades e fluxos de trabalhos definidos pela Secretaria Executiva, por meio da Gerência de Relações Institucionais (Gerin). O Banco desenvolveu uma ferramenta para o monitoramento e acompanhamento da atuação dos representantes nas Associações e/ou Órgãos Públicos (Portal Associações), que dentre suas funcionalidades, destacamos: i) *dashboards* e relatórios; ii) cadastro com informações sobre as associações; iii) avaliação do nível de relevância da atuação da associação com indicação de manutenção ou encerramento da representação; iv) repositório de informações; v) registro e controle das demandas; vi) agenda de compromissos e calendário de reuniões, entre outros.

Atualmente, o BB possui representação em 43 Associações e 22 Órgãos Públicos, que tratam de diversos temas como: regulatório, bancário, consumidor, tributário, trabalhista, segurança bancária, tecnologia, ambiental e climático etc. De um modo geral, a atuação e o acompanhamento da representação do BB em Associações e Órgãos Públicos são realizados de acordo com a estrutura, robustez e relevância estratégica daquelas entidades. A participação se dá de formas variadas, desde grupos técnicos temporários a

comissões permanentes, e o papel de representar o BB é exercido por gestores e funcionários das unidades da empresa relacionadas às finalidades das Associações e Órgãos Públicos.

Quanto à atuação do BB em associações, com foco ao alinhamento das atividades de *lobbying* voltadas ao alinhamento com o Acordo de Paris, destacamos a participação do BB em 26 Associações e 8 Órgãos Públicos⁸. A representatividade do Banco está pautada nos valores da proximidade, inovação, eficiência, integridade, diversidade e com destaque para o compromisso com a sociedade, no qual é considerado o interesse coletivo na tomada de decisões, com o propósito de ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos.

Com a finalidade de avançar nos processos de revisão, monitoramento e avaliação do alinhamento do *lobbying* direto e indireto com o Acordo de Paris, o BB aprovou em 2024, a inclusão deste requisito na sua ferramenta de gestão da representatividade, sob gestão da Secretaria Executiva.⁹ Isto é, os representantes BB de diferentes unidades estratégicas, em suas respectivas associações, passarão a avaliar anualmente, na etapa de avaliação de relevância da atuação da associação, de forma sistêmica e padronizada, o alinhamento da associação ao disposto na Agenda 30 BB

(Plano de Sustentabilidade do BB em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Acordo de Paris), com o objetivo de indicação de manutenção ou encerramento da representação do Banco naquele colegiado.

Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários

abordam o tema mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- Caring for Climate – The Global Compact
- Carbon Disclosure Project – CDP
- Empresas pelo Clima – EPC
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS
- Princípios do Equador
- Programa Brasileiro GHG Protocol
- Task Force on Climate-Related Financial Disclosures – TCFD
- Business Ambition for 1.5°C

⁸ A tabela 2 (página 23) apresenta associações comerciais e órgãos públicos com representação BB, que possuem comitês, fóruns ou políticas de sustentabilidade e estão alinhados ao Acordo de Paris.

⁹ Aprovada em 2024 e passará a compor o formulário em 2025.

Em relação ao *lobbying* indireto, destacamos a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que representa seus associados em todas as esferas do governo – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade, e atua com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País, adotando medidas para o estabelecimento e manutenção de um Sistema Financeiro saudável, ético e eficiente. Também busca concentrar esforços que favoreçam o crescente acesso da população aos produtos e serviços financeiros.

A Febraban atua junto com órgãos públicos por meio de comitês e grupos consultivos, fazendo importante interlocução entre governo e setor bancário, em especial no tocante ao aprimoramento da legislação.

Dentre os Colegiados da Febraban dos quais o BB participa, destaca-se o Comitê ESG, que em 2023 se dedicou a debater o desenvolvimento de temas como o mercado de carbono no Brasil, crédito rural verde, políticas para a eliminação do desmatamento, inclusão e educação financeira e o aprimoramento do arcabouço legal de responsabilidade social, ambiental e climática, TCFD e alinhamento ao Acordo de Paris.

Principais associações comerciais/setoriais e órgãos públicos com representação BB, que possuem comitês, fóruns ou políticas de sustentabilidade e estão alinhados ao Acordo de Paris (Tabela 2)

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Federação Brasileira de Bancos - Febraban	Possui diretrizes socioambientais de atuação, buscando promover as melhores práticas internamente e entre suas partes interessadas e, ao mesmo tempo, incentivar um olhar para o tema pela ótica da oportunidade, consolidando, por meio da liderança, pelo exemplo e pela ação, o protagonismo da Federação no aprimoramento do sistema financeiro e na transição para uma economia de baixo carbono.	https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/FBB_C012_21_Politica_de_%20Sustentabilidade_vs3.pdf
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS	Lidera a transição para uma economia de baixo carbono através de engajamento empresarial e políticas climáticas efetivas, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Focando nos esforços para reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa. Aumentar o diálogo entre o setor público e privado na construção de uma agenda comum em mudanças climáticas, eficiência energética e na busca pelo aumento da participação das energias renováveis na matriz energética. Representar, de maneira proativa, a visão das empresas do CEBDS em assuntos relacionados à energia e à mudança do clima, em debates e formulação de políticas públicas com governos e demais grupos de interesse. Catalisar as transformações necessárias ao enfrentamento da questão climática, estimulando as empresas brasileiras a contribuírem para a reversão do fenômeno do aquecimento global.	https://cebds.org/camara-tematica/clima-energia-e-financas-sustentaveis/
Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial - ETHOS	Mobiliza, sensibiliza e ajuda as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável.	https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Instituto Rede Brasil do Pacto Global	Integrante do Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como principal canal da ONU com o setor privado, o Pacto Global tem a missão de engajar as empresas nesta agenda de desenvolvimento.	https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/
Carbon Disclosure Project - CDP	Organização sem fins lucrativos que mobiliza investidores, companhias e governos com o intuito de construir e acelerar ações colaborativas para um desenvolvimento que funcione para as atuais e futuras gerações. Possui como prioridade ambiental reduzir as emissões de carbono para 1,5°C e restaurar a saúde do ecossistema do planeta.	https://la-pt.cdp.net/
Fundação Abrinq	Participação no Fórum de Parcerias do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o ECOSOC. Objetiva lançar os Créditos Sociais, que funcionarão de forma semelhante aos créditos de carbono. Enquanto os créditos de carbono visam principalmente financiar a redução das emissões de gases de efeito estufa globalmente para combater as mudanças climáticas, os Créditos Sociais visam reduzir as desigualdades sociais em regiões afetadas por questões climáticas ou outras vulnerabilidades sociais.	https://fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-no-ecosoc
Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil	Atua no sentido de destacar as oportunidades de negócios e investimentos em setores relacionados à economia verde e à sustentabilidade, apresentando as oportunidades do Brasil como um país que tem a capacidade de oferecer produtos e serviços alinhados com as metas de combate à crise climática global. Promove a imagem do país como uma nação comprometida com a manutenção das condições climáticas para a manutenção da vida no Planeta Terra, destacando políticas e práticas sustentáveis adotadas por empresas brasileiras. Busca parcerias estratégicas com investidores e compradores internacionais interessados em soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e para o cumprimento dos compromissos firmados no Acordo de Paris.	https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/ApexBrasil-participara-da-COP-28.html
Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC	O Conselho debate os desafios da agenda climática na cooperação bilateral. Durante o encontro, foram discutidas estratégias para promover a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas em ações conjuntas entre os dois países.	https://www.cebc.org.br/quem-somos/

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG	Por meio do Comitê de Sustentabilidade objetiva formular planos de ação visando à consolidação das práticas sustentáveis e criação de valor econômico, ambiental e social; sedimentar o conceito e a prática de sustentabilidade; mapear e propor a aplicação de indicadores de sustentabilidade; e, inserir o agronegócio na agenda nacional e internacional de mudanças climáticas.	https://abag.com.br/comites/
Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável - GTPS	O GT visa debater e formular, de maneira transparente, princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor, que contribuam para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta, e economicamente viável. Participam representantes do Governo, das indústrias, associações de pecuaristas, varejistas, bancos, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e universidades.	https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/grupo-de-trabalho-da-pecuaria-sustentavel.pdf
Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI	A ANPEI se compromete com a iniciativa do ENRICH Global, assumindo o papel de colíder do grupo de trabalho de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade, com o intuito de contribuir com a visão do nosso país e de nossos associados sobre o tema.	https://br.linkedin.com/company/anpei
Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE	As atividades da Associação devem ser desenvolvidas levando em consideração a disponibilidade local de recursos e o meio ambiente, buscando maximizar o aproveitamento desses recursos e Minimizar eventuais impactos negativos decorrentes de suas operações, tendo como princípio norteador a sustentabilidade e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	https://abde.org.br/institucional/
International Association of Credit Portfolio Managers - IACPM	Discussões do Grupo Focal sobre Riscos Climáticos. Gestão de riscos relacionados com ESG e alterações climáticas. Defesa de ESG (Advocacy) e gestão de riscos climáticos. Eventos, publicações e relatórios em Finanças Sustentáveis.	https://iacpm.org/esg/
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima	Rede Anbima de Sustentabilidade atua com foco em quatro agendas: mudanças do clima e biodiversidade; direitos humanos e transição para uma sociedade mais justa; mecanismos e instrumentos financeiros; e governança e liderança. As iniciativas envolvem acompanhar tendências, compartilhar boas práticas e produzir conhecimento e ferramentas que apoiem o mercado frente aos principais desafios para a promoção das finanças sustentáveis.	https://anbi.ma/RedeSust

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Associação Brasileira das Companhias Abertas - Abrasca	Por meio de suas comissões técnicas acompanha de perto os temas, analisa e sugere diretrizes sobre questões e processos relevantes à companhia aberta. Na Comissão de ESG debate pautas como gestão de riscos climáticos, ambientais e sociais.	https://www.abrasca.org.br/abrasca/governanca
Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI	A Comissão de ESG possui o objetivo é produzir e divulgar conteúdo relevante e em formato adequado para os profissionais de Relações com Investidores, de forma a contribuir para que eles sejam agentes de transformação nas suas empresas. Além disso, tem como intuito dar suporte ao próprio IBRI nas discussões sobre o tema, inclusive sobre a inclusão de parâmetros ESG no processo decisório das empresas e do mercado de capitais.	https://www.ibri.com.br/pt-br/o-ibri/comissoes-e-grupos-de-trabalho/
Associação Brasileira de Anunciantes - ABA	O Comitê de Comunicação e ESG visa inspirar, esclarecer, promover e comunicar conteúdos para que o conhecimento e as iniciativas em sustentabilidade e comunicação sejam ferramentas para as empresas trabalharem com marketing para transformar e engajar seus consumidores.	https://aba.com.br/sobre-os-comites/
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - Aberje	Em 2023, foram instituídos 3 Comitês de Estudos temáticos, com 30 empresas em cada comitê, dentre os temas abordados destaca-se: Comunicação e Engajamento em ESG. Ademais, a Escola Aberje de Comunicação coordenou a "Expedição Amazonia: Conhecer para Comunicar": uma viagem de seis dias à Amazônia, maior floresta tropical do mundo, para qualificar e sensibilizar comunicadores que atuam nas áreas de comunicação corporativa e sustentabilidade.	https://www.aberje.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Atividades-Aberje-2023.pdf
Associação Brasileira de Facility Management, Property e Workplace – ABRAFAC	Por meio do Comitê ESG, se propõe a identificar, captar, organizar e difundir conhecimento relativos ao ESG. Produzindo documentos de recomendações para servir de orientação aos associados.	https://abrafac.org.br/ https://abrafac.org.br/comite-esg/
Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento - ACREFI	Trabalha alinhada com a Agenda BC#, de forma a difundir junto aos seus associados e à sociedade, os aspectos da inclusão, competitividade, transparência, educação e sustentabilidade, especificamente, ao promover finanças sustentáveis e contribuir para a redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro.	https://acrefi.org.br/quem-somos/

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip	Possui diretrizes em harmonia com o marco legal e regulamentar, que reforça a ideia de uma boa prática de governança, tendo como base valores como Transparência, Equidade, Ética e Responsabilidade Corporativa. Promovendo melhores práticas que respeitem ao meio ambiente e desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade socioambiental.	https://www.abecip.org.br/admin/assets/uploads/anexos/manual-melhores-praticas-atualizado-outubro-2023.pdf
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Dentre os treinamentos e capacitações oferecidos tem-se o curso Mudanças Climáticas e Transição Energética mostra uma visão geral do atual contexto ambiental, as ameaças, os riscos e as oportunidades emergentes frente à necessidade de uma economia de baixa emissão de carbono. O curso apresenta a base de conhecimento e as ferramentas para que a sua organização possa conduzir mudanças estratégicas, expondo soluções práticas e imediatas.	https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/mudancas-climaticas-e-transicao-energetica?oferta=109621
Fundação Habitacional do Exército - FHE / Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex	Possui como princípio alinhamento estratégico, exposto na sua Política da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, apresentando que as definições estratégicas devem considerar as leis e normas que disciplinam as questões sociais, ambientais e climáticas e outros pactos e compromissos assumidos de maneira voluntária.	https://www.poupex.com.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae	Oferece apoio para empreendedores que desejam melhorar a gestão ambiental em suas empresas e contribuir para a preservação climática do planeta.	https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/industria-precisa-se-empenhar-em-conter-as-mudancas-climaticas,1f6998f5dc737810VgnVCM1000001b00320aRCRD
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg	Alinhados ao marco regulatório de sustentabilidade no setor de seguros (Circular nº 666/22) e às melhores práticas globais com relação a sustentabilidade promovido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas e pelos Princípios para Seguros Sustentáveis da UNEP FI, a CNseg orienta as ações da Confederação no fomento a práticas mais sustentáveis pelas empresas do setor e na promoção de sinergia entre as agendas de sustentabilidade e relações de consumo.	https://production-cms-upload.s3.sa-east-1.amazonaws.com/pt-roadmap_2024_01_dc3e46d2ab.pdf
Órgão Público: Fórum Brasileiro de Mudança do Clima - FBMC	Conscientiza e mobiliza a sociedade e contribui para a discussão das ações necessárias para enfrentar a mudança global do clima, conforme o disposto na Política Nacional sobre Mudança do Clima e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e nos acordos internacionais dela decorrentes, inclusive o Acordo de Paris.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9082.htm

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
<p>Órgão Público: Secretaria de Comunicação Social - Secom</p>	<p>Iniciativa global para promover a integridade da informação sobre mudanças climáticas. As Nações Unidas e a Unesco são parceiras na construção da proposta, que visa reunir coletivos internacionais de pesquisadores como a Rede de Conhecimento Global, o Observatório da Informação e Democracia e o Painel Internacional sobre o Ambiente Informacional, assim como outras agências do Sistema ONU diretamente envolvidas no enfrentamento das mudanças climáticas.</p>	<p>https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/brasil-lidera-iniciativa-global-para-integridade-da-informacao-sobre-mudancas-climaticas</p>
<p>Órgão Público: Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco</p>	<p>O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), são pilares para alavancar projetos que contribuem positivamente para infraestrutura, agricultura, empregabilidade, qualidade de vida, promoção da sustentabilidade e redução dos efeitos das mudanças climáticas na região Centro-Oeste.</p>	<p>https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/noticias/2024/balanco-sudeco-2023-mais-de-r-10-bilhoes-em-investimentos-e-quase-1-milhao-de-empregos</p>
<p>Órgão Público: Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM</p>	<p>Promoção do cumprimento das metas de combate às mudanças climáticas da Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês). Na COP28, os países membros da IMO, dentre eles o Brasil, se comprometeram a zerar a emissão líquida de GEE nos próximos 30 anos. Antes disso, em 2030, eles deverão ter adotado pelo menos 5% de tecnologia ou matriz energética não geradora desses gases, substituindo o consumo de combustíveis fósseis. Outra linha de ação é o incentivo à utilização mais econômica do regime de máquinas dos navios.</p>	<p>https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/transporte-maritimo-fixa-novas-metas-de-combate-mudancas-climaticas</p>
<p>Órgão Público: Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto - Enimpacto</p>	<p>A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável aos negócios de impacto. A Economia de impacto é caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo.</p>	<p>https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/EnimpactoPlanoDecenal202320321.pdf</p>

Associação (Nome e Sigla)	Atuação Alinhamento Climático	Link útil
Órgão Público: Conselho Nacional do Turismo	Propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação e a implementação da Política Nacional de Turismo e das políticas públicas relacionadas com a atividade turística, considerados os territórios urbanos, periurbanos, rurais e tradicionais e em conformidade com as políticas territoriais, regionais e socioambientais. Zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no País observe a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, em especial das populações dos campos, das florestas e das águas.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11623.htm
Órgão Público: Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CPDR	Tratar de interesses dos produtores rurais, tanto na elaboração e fomento das políticas públicas para desenvolvimento das atividades agrícolas, quanto para conservação do meio ambiente. Tem como principal objetivo apresentar diretrizes para elaboração e implementação de Políticas Públicas Rurais do Distrito Federal, constituindo-se em espaço de articulação entre os diferentes níveis de Governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável.	https://www.agricultura.df.gov.br/conselhos-rurais-de-desenvolvimento-sustentavel/
Órgão Público: Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla	Em 2024, os temas da Enccla são voltados para o meio ambiente e novas tecnologias. No caso ambiental, fiscalizar e atuar em crimes que geram impacto em relação ao tema, como garimpo ilegal, mineração ilegal e desmatamento.	https://enccla.camara.leg.br/noticias/a
Órgão Público: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf	Ajudar a criar políticas públicas voltadas para o campo, sobretudo relacionadas a questões como reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade. Políticas voltadas à produção que considerem a adversidade climática, com foco na agricultura restaurativa, resgatando matas e florestas.	https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/conselho-discute-acoes-para-o-desenvolvimento-rural-nos-proximos-tres-anos

Contribuições a **associações**

Em 2023, contribuímos com R\$ 36,8 milhões para entidades que atuam na defesa de causas de nosso interesse, associações comerciais e grupos isentos de impostos.

Total de contribuições (R\$ mil)	2020	2021	2022 ¹	2023
Entidades que atuam na defesa de causas de nosso interesse	40.709	32.241	33.425	34.159
Campanhas / organizações / candidatos políticos locais, regionais ou nacionais	0	0	0	0
Associação comercial e grupos isentos de impostos	2.304	2.354	2.490	2.656
Outros (por exemplo, gastos relacionados à contagem de votos ou referendos)	0	0	0	0
Contribuição total	43.013	34.595	35.915	36.815

¹Os dados de 2022 tiveram uma pequena alteração em decorrência de ajustes nos valores de algumas contribuições.

As contribuições mais relevantes em 2023 totalizaram R\$ 34,5 milhões (93,75% do total) e foram destinadas para as seguintes entidades:

- **Federação Brasileira de Bancos (Febraban)** – principal entidade representativa do setor bancário brasileiro, é uma associação sem fins lucrativos que tem o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País – **R\$ 30,2 milhões**.
- **Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)** – apoia e atua no mercado de cartões desde 1971 para um desenvolvimento sustentável do setor e tem por objetivo representar o setor de meios eletrônicos de pagamento, assegurando os interesses dos seus associados e contribuindo para o desenvolvimento do mercado e da sociedade – **R\$ 3,09 milhões**.
- **Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)** – tem por objetivo defender os direitos e interesses das entidades associadas, colaborar para o desenvolvimento e estimular o aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo -

SBPE, do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI e do Sistema Financeiro Nacional – SFN – **R\$ 1,25 milhão**.

Essas instituições têm o objetivo de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País e influenciar atividades legislativas e das câmaras de comércio, juntas comerciais e afins, entre outros.

Tais entidades exercem ainda um papel importante para a contínua melhoria da produtividade do sistema bancário, com redução e controle dos níveis de riscos; para uma maior eficiência da intermediação financeira, visando ao aumento da oferta de crédito e à redução do seu custo; e para a criação de condições que viabilizem o crescente acesso da sociedade a produtos e serviços financeiros. São também responsáveis pela realização e divulgação de estudos e pesquisas sobre o sistema financeiro, voltados ao seu aperfeiçoamento normativo e operacional.

Conforme previsto em nosso Código de Ética, proibimos o financiamento de partidos políticos ou candidatos a cargos públicos no Brasil e nos países em que atuamos em nome do Banco, ou de seus representantes.

Materialidade

Os temas materiais estão diretamente relacionados com impactos ASG, além de riscos e oportunidades para a criação de valor para o Banco e suas partes interessadas. Na tabela abaixo, são elencados os potenciais impactos positivos e negativos, por tema material, com base nas entrevistas e documentos consultados durante a pesquisa de materialidade, levando em conta os nossos negócios e a cadeia de valor. Em razão da característica estratégica dos temas, todos eles podem apresentar impactos tanto no curto como no longo prazo.

TEMAS MATERIAIS	Oportunidades/impactos positivos	Riscos/impactos negativos
1. Negócios Sustentáveis	Incentivo a negócios sustentáveis com alto impacto positivo socioambiental e climático Posicionamento do Banco como indutor de transformação socioambiental e climática	Potencial baixa participação de negócios sustentáveis na carteira do Banco Dificuldade de acesso a crédito para negócios sustentáveis por motivos de procedimentos ou regulações internas/processos do Banco
2. Atração, Retenção, Satisfação e Desenvolvimento de Talentos	Fortalecimento do capital humano e intelectual Qualificação das entregas e resultados Reconhecimento como Marca Empregadora	Potencial evasão de talentos Potencial baixo comprometimento ou produtividade Potencial desatualização diante das novas disciplinas/conhecimentos exigidos pelo mercado
3. Inovação e Tecnologia	Fidelização dos clientes Contribuição para a redução dos custos das transações Contribuição para o aumento do uso de serviços e produtos	Potencial ameaça de novos entrantes Potencial riscos à privacidade de dados, a fraudes e de ataques cibernéticos
4. Ética e Compliance	Credibilidade associada à marca Contribuição para a redução de custos com processos e procedimentos de apuração	Potenciais riscos de fraude e outras não-conformidades Potencial risco de corrupção e lavagem de dinheiro Potencial risco de assédio moral e sexual Potencial risco ao patrimônio do Banco e dos acionistas
5. Mudanças Climáticas	Tornar-se referência e parceiro preferencial para negócios e empreendedorismo de baixo carbono	Potenciais riscos físicos e financeiros e alterações regulatórias que podem afetar o Banco e seus clientes, como pagamento por emissões de CO ₂ , eventos extremos ou mudanças em hábitos de consumo
6. Diversidade	Impacto positivo como Marca Empregadora Tornar-se parceiro preferido para negócios liderados por grupos minorizados	Potencial evasão de talentos Potencial ocorrência de discriminação e preconceito Potencial queda do orgulho de pertencimento
7. Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos das Operações e Atividades	Redução de impactos negativos e construção de jornada de impacto positivo, com redução de eventuais custos relacionados a externalidades e fortalecimento da reputação	Potenciais custos relacionados a impactos sociais, ambientais e climáticos das operações e atividades Potenciais impactos reputacionais
8. Combate à Corrupção, Suborno e Lavagem de Dinheiro	Credibilidade associada à marca Contribuição para a redução de custos com processos e procedimentos de apuração	Potenciais riscos de fraude e outras não-conformidades Potencial risco de corrupção e lavagem de dinheiro Potenciais riscos de danos ao patrimônio e à reputação
9. Risco Social, Ambiental e Climático	Posicionamento ativo e diferenciado, tornando-se um parceiro preferencial para negócios de impacto positivo	Potencial incorrência em custos e limitações operacionais relacionados a riscos e impactos sociais, ambientais e climáticos das operações e de toda a cadeia de valor
10. Cultura da Sustentabilidade	Contribuição para o aumento do engajamento Benefícios para a marca e reputação Ganhos produtivos e na redução de não-conformidades	Dificuldade de implantação Potencial perda de conexão entre o Banco e seus funcionários
11. Relacionamento e Satisfação de Clientes	Fortalecimento da base de clientes e fidelização Ganhos relacionados à reputação e à marca Aumento do volume de negócios	Potencial insatisfação e evasão de clientes Potencial danos à reputação Potencial redução do volume de negócios

Avaliação de **Externalidades**

No Banco do Brasil, a sustentabilidade é um aspecto transversal da gestão de negócios e processos. Disseminamos para toda a cadeia de valor a importância de incorporar os princípios da sustentabilidade no planejamento e execução de nossas ações, com o objetivo de gerar valor para as partes interessadas e minimizar eventuais impactos negativos.

Para que nossas diretrizes estejam alinhadas às demandas do mercado e de nossos públicos, buscamos entender os contextos global e nacional e avaliar os impactos aos quais estamos expostos. Assim, em resposta aos desafios e oportunidades em sustentabilidade, incorporamos diversos aspectos em nossos negócios e processos, como fatores ambientais, sociais e de governança (ASG).

Isso está expresso em nosso Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, que é dividido em compromissos que refletem a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas estabelecidas em protocolos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris.

Dada a relevância da redução das emissões de GEE e nosso compromisso com a neutralidade de carbono até 2050, trazemos a avaliação de impacto ambiental relacionada às emissões evitadas no financiamento de energias renováveis. O custo social do carbono de US\$ 42,00 foi utilizado como métrica para estimar os impactos causados pelas mudanças climáticas¹.

O financiamento de energia renovável teve impacto positivo na dimensão ambiental de R\$ 9,58 bilhões para o ano de 2023, representado por emissões evitadas de gases de efeito estufa equivalentes a 21.005.606 tCO₂ eq, com destaque para a energia eólica, com emissões evitadas de 16.431.056 tCO₂ eq. A energia fotovoltaica apresentou 3.898.753 tCO₂ eq evitado, referente ao BB Financiamento PJ e *Project Finance*.

A carteira de energias renováveis do BB, que tem o compromisso de atingir R\$ 30 bilhões até 2030, atingiu R\$ 14,60 bilhões em dezembro de 2023. O incentivo às energias renováveis é um dos Compromissos do BB por um Mundo Mais Sustentável, que busca descarbonizar as atividades de nossos clientes e de nossa economia, contribuindo para os ganhos ambientais e sociais de uma economia de baixo carbono.

No que diz respeito aos negócios sociais, em 2023, o BB emitiu o segundo título internacional no âmbito do *Framework* de Finanças Sustentáveis. O financiamento internacional de dívida sênior, do tipo *sustainability bond*, no valor de 750 milhões de dólares, foi voltado principalmente para o financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Do montante captado, mais de 90% foram utilizados em novas operações para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres, com desembolso de 3,4 bilhões, para 30 mil beneficiárias e com impacto em 320 mil empregos, em todas as regiões do Brasil. Os recursos sustentáveis do BB, que tem o compromisso de atingir R\$ 100 bilhões em financiamentos sustentáveis, para o BB e seus clientes até 2030, atingiram R\$ 30,5 bilhões em dezembro de 2023.

¹ Fonte: EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Documento de Suporte Técnico: Atualização Técnica do Custo Social do Carbono para Análise de Impacto Regulatório. 2016.20. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.


ambiental

Ecoeficiência


A gestão da ecoeficiência proporciona redução no consumo de recursos naturais, como água e energia, minimizando o impacto ambiental, além de despesas com a aquisição desses insumos. Com o mesmo objetivo, são racionalizadas as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e o consumo de materiais como papel, toner e combustível, reduzindo a geração de resíduos sólidos.

Certificações

Ao fim de 2023, mantínhamos as seguintes certificações, que atestam o compromisso com a preservação ambiental:



Leadership in Energy and Environment Design (LEED), selo relacionado à construção sustentável e concedido pelo Green Building Council, dos Estados Unidos, nas nossas sedes em Brasília (DF) e São Paulo (SP).



ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental em funcionamento no edifício Sede BB, em Brasília (DF), CCBB (DF) e Edifício Torre Matarazzo, em São Paulo (SP). O Gerenciamento Ambiental do Banco do Brasil (GABBi) é verificado por auditorias interna e externa que atestam os requisitos da norma e comprovam a efetividade das ações ambientais relacionadas ao consumo de água, energia elétrica, coleta seletiva e serviços e o envolvimento das mais de oito mil pessoas residentes nos locais.

Índice de ecoeficiência operacional

Com o objetivo de racionalizar o consumo de água, energia e papel, ampliar a cobertura do Programa Coleta Seletiva e intensificar a redução de emissão de GEE, adotamos o Índice de Ecoeficiência Operacional (IEO), instrumento pelo qual todas as unidades são avaliadas nos seguintes aspectos:

- **água/energia elétrica:** avaliação pela média acumulada dos registros mensais de consumo da unidade, com meta de consumo igual ou inferior ao padrão regional estabelecido;
- **papel:** meta de redução linear de 4% do consumo em comparação ao menor consumo entre os dois semestres anteriores; e
- **coleta seletiva:** avaliação pelo registro mensal do volume de resíduos descartados de forma seletiva (papel, plástico, metal e vidro) e encaminhados para a reciclagem.

Energia

Em 2023, o BB renovou suas metas a serem alcançadas até 2030. Esse movimento resultou na formulação dos Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável. São 12 compromissos estruturados em quatro eixos. No eixo Gestão ASG e Climática assumimos o compromisso de utilizar 100% de energia renovável a partir de 2023.

Nesse sentido, já estamos consumindo energia gerada a partir de 15 usinas solares, que trouxeram uma economia de R\$ 19,3 milhões entre 2020 e 2023. Outras 11 usinas de fontes renováveis estão em fase de construção e seis em contratação, totalizando 32 usinas até 2024. Quando todas estiverem em operação, vão gerar energia suficiente para atender 1.700 agências, permitindo à instituição economizar R\$ 603,8 milhões ao longo de 15 anos.

Dando continuidade à estratégia de aumentar a atuação no mercado livre de energia, já temos, atualmente, 74 prédios migrados. Em paralelo, estamos implementando o estudo de migração de mais 1.600 unidades consumidoras até 2025. A atuação no mercado livre resultou em uma economia de R\$ 70 milhões, com expectativa de atingir um resultado acumulado de R\$ 97 milhões até 2024.

Dentro da estratégia para gestão em mudanças climáticas, atualmente 20% do consumo total do Banco provém do Mercado Livre de Energia, enquanto 16% são provenientes

das usinas fotovoltaicas. A partir de 2021, passamos a ter como lastro para consumo de energia também a aquisição de Certificados de Energia Renovável - RECs, enquanto os projetos de expansão da atuação no mercado livre de energia e geração distribuída estão em implantação. Desse modo, o Banco garante que 100% da energia consumida pela empresa está vinculada a fontes de energia renovável.

Apoiando essa estratégia, foram adquiridos RECs vinculados ao consumo de energia realizado em 2023 na plataforma REC-FY, desenvolvida por Furnas em tecnologia DLT - *Distributed Ledger Technologies/Blockchain*, que permite aos consumidores adquirirem o certificado de energia de fonte renovável rastreada, além do consumo de energia fotovoltaica gerada nas 15 usinas, totalizando os 520,54 GWh consumidos em 2023. A ação integra um dos Compromissos Sustentáveis assumidos pelo BB, o "Fomento à Energia Renovável".

Clique aqui e saiba mais sobre o nosso desempenho em gestão de energia no Relatório Anual 2023.

Usinas fotovoltaicas

A geração de energia fotovoltaica será para 15 anos. Já a aquisição de energia renovável no mercado livre é a cada cinco anos.

Em 2023, chegamos a 15 usinas fotovoltaicas em funcionamento, que atendem 931 agências¹:

Usina fotovoltaica	UF
Caetité	BA
Xique-Xique	BA
Capão Seco	DF
Murucuci	ES
Iaciara	GO
Porteirinha	MG
Rio Parnaíba	MG
Naviraí	MS
Juína	MT
São Domingos do Araguaia	PA
Loanda	PR
Uruguiana	RS
São Lourenço do Oeste	SC
Lins	SP
Rancharia	SP

¹ As usinas de Juína e Caetité tiveram seus informes de operacionalidade assinados em dezembro de 2023. Assim, a geração de energia e a subsequente compensação nas agências do Banco do Brasil serão contabilizadas a partir de janeiro de 2024.

Para 2024, planejamos a implementação de mais 17 usinas, sendo que 10 já estão em processo de implementação:

Usina fotovoltaica	UF
São Caetano	PE
Andradina	SP
Sapucaia	RJ
Saudade do Iguaçú	PR
São Roque	SP
Lagoinha do Piauí	PI
Riacho da Cruz	RN
Piancó	PB
São Lourenço do Oeste II	SC
Pedra Branca	CE

Além disso, nossos contratos de geração distribuída de energia preveem contrapartida social por parte dos fornecedores. Em 2023, foram entregues nove projetos sociais atrelados à construção das usinas:

- Instalação de sistema de geração de energia na Rede de Combate ao Câncer em Rancharia (SP);

- Instalação de sistema de geração de energia na Escola Municipal Walter Bini Dom em Lins (SP);
- Cursos técnicos (pintor residencial, jardinagem e paisagismo) para menores infratores na Unidade de Internação de São Sebastião em Brasília (DF);
- Instalação de sistema de geração de energia na Escola Municipal Marília Sanchotene Felice em Uruguaiana (RS);
- Instalação de sistema de geração de energia na Escola Municipal Maria Clementina Velloso Santos em Montanha (ES);
- Instalação de sistema de placas fotovoltaicas na escola municipal de Loanda (PR);
- Instalação de sistema de placas fotovoltaicas na escola municipal de Iaciara (GO);
- Instalação de sistema de placas fotovoltaicas na escola municipal de Rio Paranaíba (MG); e
- Instalação de sistema de placas fotovoltaicas na escola municipal de Xique-Xique (BA).

Água

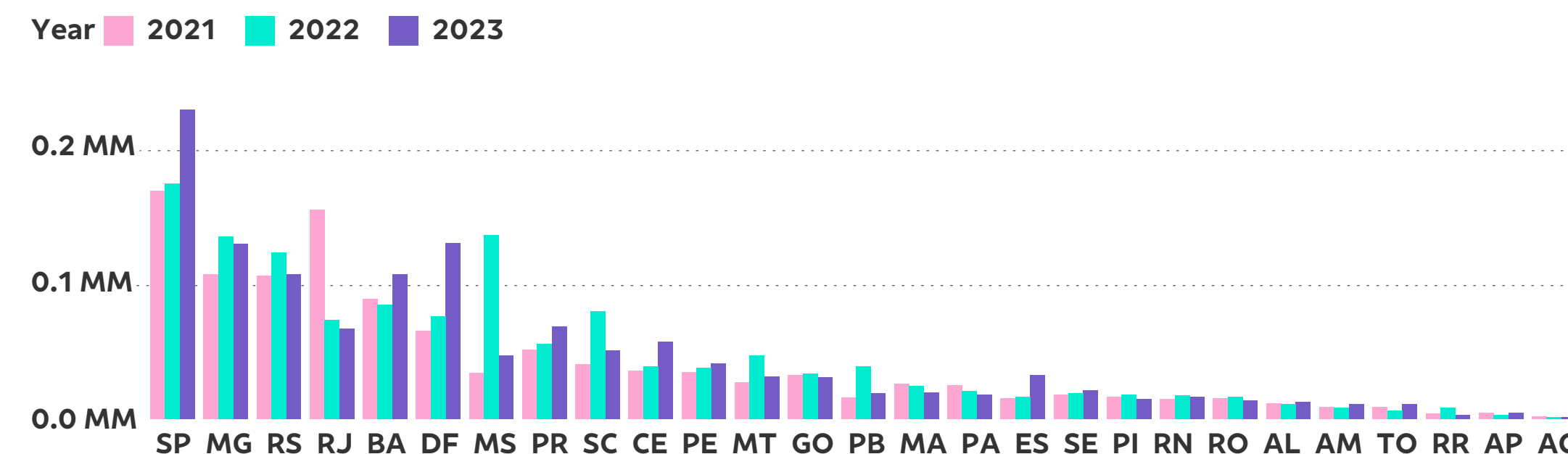
Em relação à água – insumo oriundo de concessionárias públicas –, também se adotam parâmetros regionalizados de consumo eficiente. A gestão se dá por meio do estabelecimento de ações para as unidades que apresentem consumo de água acima das metas estabelecidas. Nesse sentido, destacam-se as vitorias nas instalações hidráulicas, para detecção das causas do consumo elevado.

O fornecimento de água é realizado pelas concessionárias, não se utiliza água reciclada nas unidades. O consumo de água em 2023 foi obtido com base na despesa realizada com faturas de água. O modelo utilizado estimou o percentual dos prédios atendidos por rede de esgoto com base em 16 mil faturas de água registradas por empresa contratada. Em seguida, realizou-se a estimativa do consumo considerando a tarifa da concessionária mais representativa de cada UF.

O resultado dessa análise demonstra que, no ano, houve um aumento de 15,33% no consumo em relação a 2022. Esse crescimento deve-se ao fenômeno climático El Niño que causou impactos significativos no clima. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), 2023 foi o ano mais quente da história no Brasil. Isso acarretou a intensificação do uso dos sistemas de ar-condicionado, que usam água como fluido refrigerante e meio de condensação, aumentando, dessa forma, o nosso consumo deste recurso.

Conforme análise realizada, nossas dependências localizadas nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Tocantins, Paraná e o Distrito Federal foram os que tiveram aumento mais significativo no consumo em relação ao ano de 2022.

Consumo (m³) Água



Nossa estratégia para melhoria do consumo de água a partir de 2024 inclui o encaminhamento, para licitação, em dezembro de 2023, do processo para contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico de gestão do consumo de água contemplando:

- gerenciamento das faturas de água e esgoto das dependências do BB (aproximadamente 4.600 unidades consumidoras) abrangendo: leitura, cadastramento, controle, mapeamento de dados, estudos, análises de faturas, representação junto às concessionárias e se necessário busca das faturas faltantes;
- projeto-piloto para fornecimento e instalação de solução de monitoramento inteligente (IoT) do consumo de água em 14 prédios corporativos (grande porte) para: gestão, monitoramento, controle de desperdícios e geração de alertas;
- fornecimento e instalação, com objetivo de redução de consumo em dependências com infraestruturas mais antigas, de itens como arejadores, registro regulador de vazão e botão duplo de acionamento para caixa acoplada.

A partir desses pontos, temos como meta, de 2024 até 2028, a redução de 1% ao ano, totalizando 4% em quatro anos, podendo ser revisitada conforme o andamento das ações.

Papel

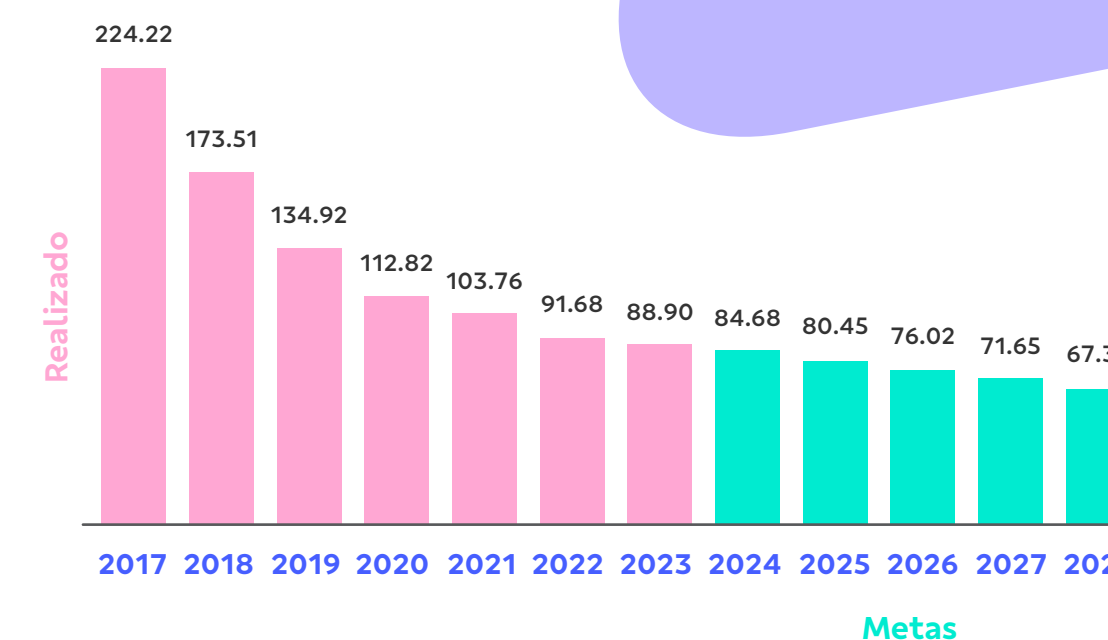
O programa BB Papel Zero tem como objetivo tornar o papel obsoleto em nossos processos e é aplicado em todas as unidades. A diminuição do consumo de papel não apenas contribui para a mitigação de impactos ao meio ambiente, mas também reduz despesas com impressão e postagem de documentos, serviços de manutenção, transporte e armazenagem, bem como de outros insumos relacionados como toner, bobinas, malotes e diversos materiais e móveis para arquivamento de documentos em papel.

Nos últimos anos, temos alcançado resultados significativos. Em 2022, a redução desse volume foi na ordem de 12,75 milhões de documentos, uma queda de 12,3% no total das impressões. Já em 2023, tivemos uma queda de 2,32%, apresentando uma redução da ordem de 2,1 milhões de documentos consumidos. Para 2025, nossa meta se mantém na diminuição de 12,75% com base nos dados de 2022.

Continuando o nosso compromisso com a redução consistente do consumo de papel, com a revisão de processos internos e de negócios, cientes de que existem exigências legais e de relacionamento com nossos clientes que deverão ser sempre ponderados, nos comprometemos a realizar, até 2028, a redução de 70% do consumo de papel, com base nos quantitativos impressos em 2017.

Acompanhamento	Ano	Meta ou redução efetiva (%)
Realizado	2017	--
Realizado	2018	23%
Realizado	2019	22%
Realizado	2020	16%
Realizado	2021	8%
Realizado	2022	12,30%
Realizado	2023	2,30%
Metas	2024	4,25%
Metas	2025	4,50%
Metas	2026	5,50%
Metas	2027	5,75%
Metas	2028	6,00%

Realizado/Metas



[Clique aqui](#) e saiba mais sobre o nosso desempenho em gestão de água no Relatório Anual 2023.

Resíduos sólidos

O nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB contribui, desde 2015, para o aprimoramento de negócios e práticas sustentáveis. Em 2021, após a avaliação de riscos, oportunidades e tendências em gestão de resíduos sólidos, incluímos uma ação na Agenda 30 BB, cujo objetivo era reformular o programa Coleta Seletiva de resíduos do BB, de forma a ampliar a abrangência e a efetividade.

O Programa de Coleta Seletiva, que esteve em prática até novembro/2023, tinha como objetivo a destinação correta dos resíduos sólidos não perigosos, recicláveis e não recicláveis produzidos em nossas dependências, as quais dispõem de coletores coloridos padronizados para a correta separação. As dependências localizadas em municípios onde existem cooperativas ou associações de catadores voluntariavam-se a fazer parte do programa, credenciando as organizações e destinando a elas seus resíduos recicláveis (papel, plástico, metal e vidro), enquanto os resíduos orgânicos e não recicláveis seguiam para a coleta pública. Em relação às dependências não participantes do programa, os resíduos eram destinados à coleta pública, em sacos coloridos que indicam o tipo de resíduo descartado.

Diante do compromisso declarado na Agenda 30, iniciou-se a reestruturação do Programa de Coleta Seletiva e sua substituição pelo

Programa BB Lixo Zero. O novo programa altera o foco que anteriormente se concentrava na separação de resíduos e expansão do número de dependências participantes, para uma essência mais ampla e estrutural, qual seja a de avançar rumo a um sistema integrado de gerenciamento de resíduos alinhado aos princípios de economia circular.

O plano de ação para a implementação do novo programa iniciou-se em 2022 com o desenvolvimento de diversas ações que culminaram no lançamento nacional do Programa BB Lixo Zero em novembro/23, por meio de divulgação na Agência de Notícias e ação de live marketing no Edifício BB Brasília.

O Programa BB Lixo Zero tem como principal objetivo reduzir os impactos ambientais negativos das atividades do BB e contribuir com nossa função social promovendo trabalho e dignidade aos catadores de materiais recicláveis. Propõe-se também a solucionar diversos problemas detectados na gestão de resíduos do BB, tais como: simplificar o processo de adesão voluntária das unidades ao programa, possibilitar a medição e o rastreamento dos tipos/quantidades de resíduos gerados, monitorar a destinação final dos resíduos produzidos no Banco, e melhorar a relação do BB com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A fim de chegar às melhores soluções para os problemas relatados, os assuntos foram trabalhados em 3 eixos, que evoluíram da seguinte forma:

- **Eixo 1 – Reestruturação da Operação e Compliance:** os procedimentos para participação no Programa foram revistos de modo a desburocratizar o processo, tornando-o mais simples e fluido, e desonerando a dependência para melhorar sua experiência e tornar atrativa a participação de novas unidades.

Outros objetivos traçados foram:

- obter dados de geração dos resíduos que sejam fidedignos e gerenciáveis, a fim de que tenhamos clareza da quantidade de lixo gerado;
- substituir o processo de credenciamento de organização de catadores que cada dependência precisava efetuar individualmente, tornando o relacionamento com as cooperativas menos pulverizado, e mais institucional.
- **Eixo 2 - Gestão de dados:** em relação a este tema, foi desenvolvido um módulo dedicado à gestão de resíduos em aplicativo disponível para acesso de

todos os funcionários por meio da Intranet BB. Neste aplicativo, foram incluídas diversas novas funcionalidades, tais como: dashboard para a gestão do assunto, apoio à tomada de decisão e desenho de estratégias; fluxo para ingresso de novas dependências no programa; gestão dos participantes; melhoria da comunicação; disponibilidade de acesso aos dados para todo o Banco; dentre outras melhorias. A ferramenta terá grande impacto nas atividades relacionadas a ASG no Banco e vai auxiliar no acompanhamento das tendências globais e no posicionamento sobre o tema perante os clientes, investidores, concorrentes, órgãos de fiscalização, etc.

- **Eixo 3 - Comunicação e Engajamento:** neste eixo, diversas ações de sensibilização foram efetuadas, sendo que o tom das publicações faz conexão com o contexto das mudanças climáticas e de que uma gestão eficiente dos resíduos evita a emissão de gases de efeito estufa (GEE), o que contribui também para a participação do BB no combate ao aquecimento global. As próximas publicações manterão o tom educativo e de chamamento para ações práticas em relação

Abaixo, seguem os dados relativos aos participantes no programa de gestão de resíduos em 2023:

Programa de Coleta Seletiva	2020	2021	2022	2023	Variação % 2022-2023
Unidades com coleta seletiva implementada ¹	1.849	1.860	2.701	4.011	48,50%
Meta de implantação de novas unidades ²	100				

¹ Com relação à quantidade de unidades com coleta seletiva implementada, houve uma revisão do entendimento acerca da abrangência das iniciativas do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos dentro da Instituição e concluiu-se que 100% das dependências do BB têm acesso tanto ao Processo de Destinação de Bens Móveis, quanto ao Programa de Coleta Seletiva, mediante solicitação de recolhimento dos bens ou pedido de adesão ao programa. Dessa forma, foi feita a intersecção entre todas as dependências que tiveram pedidos atendidos de destinação e bens e as dependências que participavam do PCS em 2023, elevando o número de dependências participantes da coleta seletiva.

² A meta de inclusão de novas agências foi retirada desde 2021, quando se decidiu pela reestruturação do Programa de Coleta Seletiva.

Desde 2020, firmamos contratos para o processo de destinação de bens móveis (coleta, transporte, armazenamento, descaracterização e tratamento dos resíduos). O serviço contratado permite a rastreabilidade do material coletado. Nesse processo, em 2023, 157.044 bens de uso inservíveis tiveram a destinação ambientalmente adequada e foram reciclados.

Usamos aplicativo interno para reaproveitamento de bens ociosos, com interface amigável e funcionalidades que incentivam a reutilização de bens com procedimento claros sobre o processo. Em 2023, 37.634 bens foram reutilizados.

Para promover o reuso dos bens inservíveis ao Banco são realizados processos de doações de bens para instituições públicas, organizações civis sem fins lucrativos e ONGs. Em 2023, o Banco realizou a doação de 11.786 bens, beneficiando 332 organizações públicas ou instituições civis sem fins lucrativos.

Plástico Zero

Em julho de 2020, aderimos ao movimento global #julhoemplastico e assumimos o compromisso de sermos indutores na adoção da economia circular e sustentável, transformando nossa relação com o as pessoas e o meio ambiente. Na ocasião, lançamos a iniciativa #PlasticoZero BB, com o objetivo de reduzir o consumo de material plástico nos processos e produtos do Banco e de zerar nosso uso de copos descartáveis plásticos.

O compromisso se estendeu aos fornecedores: todos os nossos contratos de café e lanche tiveram os copos descartáveis plásticos suprimidos em 2020.

Em 2021, foi implementada estratégia de aquisição de outros tipos de copos descartáveis a serem utilizados para os clientes excluindo-se os de plástico tradicional, com a opção de copos de papel e copos oxibiodegradáveis. No ano seguinte, o Banco do Brasil zerou o fornecimento de copos descartáveis plásticos para suas dependências substituindo por itens de papel.

Já em 2023, mantivemos o processo de comunicação interna para conscientização e engajamento dos funcionários sobre esse tema e conseguimos reduzir o consumo de copos descartáveis em 64%, em comparação a 2022.

Com a iniciativa Plástico Zero e a substituição dos copos descartáveis plásticos por copos de papel, o Banco do Brasil evitou a geração de aproximadamente 34,8 toneladas de resíduos plásticos em 2023.

Emissões totais de gases de efeito estufa (GEE)

Inventário de Emissões GEE - BB

Escopo	Fonte de Emissão	2019	2020	2021	2022	2023
1	TOTAL (tCO₂e)	24.382,317	27.611,273	20.517,729	25.650,970	18.494,350
	Combustão Móvel (veículos de frota)	3.091,991	1.353,587	1.042,401	959,875	1.303,448
	Combustão Estacionária (gerador de energia elétrica)	912,243	458,578	515,253	374,285	559,694
	Emissões Fugitivas (gases refrigerantes e extintores de incêndio)	20.378,083	25.799,108	18.960,075	24.316,810	16.631,208
2	TOTAL (tCO₂e) (abordagem baseada na localização)	42.848,792	32.889,487	63.829,922	21.827,442	19.710,178
	TOTAL (tCO₂e) (abordagem baseada na escolha de compra)	-	0,000	0,000	0,000	0,000
3	TOTAL (tCO₂e)	54.539,411	42.937,045	42.210,971	41.168,664	44.083,981
	Categoria 1 - Bens e Serviços Comprados	-	-	1.599,750	1.804,775	1.507,752
	Categoria 3 - Atividades Combustível e Energia	-	-	745,190	947,614	1.423,312
	Categoria 4 - Transporte e Distribuição Upstream	27.903,160	29.266,821	17.311,595	14.163,933	15.164,630
	Categoria 5 - Resíduos Gerados nas Operações	13.101,850	7.434,000	10.545,080	12.172,692	12.408,564
	Categoria 6 - Viagens a Negócios	6.421,180	1.632,598	1.153,262	3.208,575	6.209,638
	Categoria 7 - Deslocamento de Funcionários (casa-trabalho)	6.853,987	4.524,056	10.856,094	8.871,075	7.370,085
	Categoria 9 - Transporte e Distribuição Downstream	259,234	79,570	-	-	-

Estratégia de Conservação Ambiental

O Banco do Brasil está na vanguarda do debate do impacto de suas operações nas questões sociais, ambientais e climáticas. Estamos comprometidos com o processo contínuo e rigoroso de internalização de práticas e providências que reforçam nosso firme posicionamento em sustentabilidade, destacadamente no crédito rural. Essa atuação é histórica e está presente como um dos pilares de nossa estratégia corporativa e permeia toda a organização e as iniciativas decorrentes.

A importância econômico-social do crédito rural e a relevância e protagonismo do BB para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego, renda e qualidade de vida da população, sem descuidar da conservação dos recursos naturais, são fundamentais para a perenidade dos negócios, em bases sustentáveis, tornando referência e reconhecimento do mercado pelas externalidades positivas.

Por meio da sua atuação em Bioeconomia, o Banco do Brasil tem como principal objetivo, especialmente na região da Amazônia legal, contribuir para o crescimento econômico e social de toda a região. Financiamos iniciativas que produzam impacto na geração de renda e contribuam para a redução de emissões de carbono, contemplando ações de combate ao desmatamento, de conservação da biodiversidade, de uso sustentável do solo e de recursos naturais, apoiamos projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis e na melhoria da conectividade em áreas urbanas, rurais e florestais da Amazônia Legal, com prioridade para localidades isoladas. O objetivo é fomentar a aceleração da transição energética e reduzir gargalos de conectividade na região, principalmente em áreas rurais e de florestas onde ainda se usam fontes de combustíveis fósseis, promovendo sua substituição por energia solar fotovoltaica.

Na concessão de crédito, além da observância das legislações e regulamentações pertinentes, são adotadas políticas e iniciativas específicas que reforçam o compromisso e as práticas do BB quanto à responsabilidade socioambiental, como o cumprimento da Resolução CMN 5.081, de 29 de junho de 2023¹, com vigência a partir de jan/24, considerando os procedimentos abaixo:

- **Cadastro Ambiental Rural – CAR:** para a apuração de sobreposição com áreas protegidas e Embargos, o Banco avalia a sobreposição com o CAR apresentado na proposta de crédito;
- **Áreas protegidas:** são vedados financiamentos em empreendimentos que conste sobreposição do CAR com Terras Indígenas, terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos, Florestas Públicas Tipo B e áreas de Unidade de Conservação.
- **Área com embargo de órgão ambiental competente:** são vedados financiamentos em empreendimentos cujo CAR vinculado esteja sobreposto a embargos ambientais. São considerados todos os tipos de embargos ambientais disponíveis na análise de concessão de crédito, inclusive embargos por uso do fogo.

No Bioma Amazônia é exigida, ainda, a Certidão Negativa de Embargos (Ibama) do proponente, de forma complementar à exigência de verificação de regularidade do imóvel beneficiado com o crédito.

O BB realiza a verificação de Alertas de Desmatamento e solicita documentação e informações quando há indicação de área desmatada, evitando o financiamento em áreas com desmatamento ilegal.

Considera também no seu processo de análise e concessão de crédito as regulamentações externas e orientações mercadológicas voltadas ao desmatamento e demais impactos ambientais que possam dificultar a comercialização da produção.

¹ Resolução CMN 5.081, de 29 de junho de 2023 revogada pela Resolução CMN 5.193, de 19 de dezembro de 2024.

O BB também utiliza as informações da “lista restritiva” de trabalho escravo, não assumindo risco de crédito com clientes listados, além de adotar análise específica para proponentes com histórico negativo.

Para assegurar a conformidade, o Banco do Brasil possui processo robusto e automatizado, com uso de soluções analíticas que verificam se a área a ser financiada possui restrições legais ou vedações normativas, utilizando 27 bases públicas em nível nacional. Desde 2019, as operações são submetidas à ferramenta Diagnóstico Geo Socioambiental, com verificação caso a caso, que impede a contratação da operação no caso de sobreposição com as bases geográficas impeditivas.

De forma diligente, conforme previsto no regulamento do crédito rural e alinhado a nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), o BB também efetua o monitoramento constante e a fiscalização das operações de crédito rural para verificar a adequação da condução do empreendimento pelo mutuário. Este processo de monitoramento e fiscalização busca identificar operações com indícios de irregularidades e prevenir possíveis desvios de finalidade na contratação e na condução dos empreendimentos financiados.

O Banco também é signatário do SARB - Sistema de Autorregulação Bancária da Febraban e sob à luz da SARB 26, que regulamenta a relação de crédito com matadouros e frigoríficos de abate bovino localizados na Amazônia Legal¹ e Maranhão livres de desmatamento ilegal, bem como, buscando promover a adoção das melhores práticas no setor, implementou o Programa Pecuária Mais Sustentável, incentivando principalmente a recuperação de áreas degradadas, a gestão mais qualificada

do empreendimento, a adoção de tecnologias e boas práticas, o bem-estar e a rastreabilidade dos animais e da produção, fortalecendo a sustentabilidade da atividade.

Cabe destacar que possuímos os 12 Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável, que trazem objetivos em quatro frentes de atuação, incluindo o crédito sustentável, o investimento responsável e abrangendo nossa atuação na gestão ASG e climática buscando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Nesse contexto, o BB assumiu compromisso de atingir até 2030 volume de carteira de R\$ 500 bilhões em crédito sustentável, dos quais R\$ 200 bilhões em agricultura sustentável, além de R\$ 30 bilhões em financiamento a energias renováveis. O Banco também se compromete a alcançar 1 milhão de hectares conservados e/ou reflorestados até 2025.

O Banco do Brasil reafirma seu compromisso com a mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos em suas operações de crédito rural. Ao aprimorar continuamente suas ferramentas de análise e monitoramento, o Banco não só garante a conformidade com as regulamentações, mas também desempenha um papel crucial na redução dos impactos negativos no meio ambiente.

¹ Instituída através da Lei 1.806/1953, engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

social

Gestão de pessoas no **Banco do Brasil**

Nós, do Banco do Brasil, procuramos, de forma construtiva e transparente, enfrentar os desafios de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo.

Para avançarmos nesse sentido e atentos ao cenário internacional e às necessidades de nosso País, bem como aos rumos do setor financeiro, consideramos também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para nortear nossa estratégia e gestão da Sustentabilidade Empresarial.

As políticas e práticas de gestão de pessoas no BB são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, transformação cultural, digital, inovação

e melhoria da experiência do cliente e do funcionário. Além disso, consideramos a segurança e a saúde no trabalho como um dos principais pilares institucionais, adotando práticas que proporcionem condições de trabalho saudáveis e seguras.

O planejamento e o desenvolvimento da carreira dos funcionários são estimulados por meio de ferramentas de gestão e programas corporativos de sucessão e ascensão profissional, com ações relevantes, conciliando as estratégias organizacionais com as expectativas de crescimento profissional.

Buscamos promover programas e iniciativas relacionadas à atração e retenção de talentos, desenvolvimento do capital humano, e saúde e segurança ocupacional

de forma a aumentar a competitividade do negócio e a satisfação dos funcionários.

Nesse contexto, os temas Atração, Retenção e Desenvolvimento de Talentos e a Diversidade são temas materiais em sustentabilidade para o Banco do Brasil, pois acreditamos que a maior proporcionalidade da representatividade de gênero e raça faz com que profissionais de origens, habilidades, experiências e pontos de vistas diversos trabalhem juntos para atingir um mesmo objetivo.

Esperamos assim, seguir gerando valor no longo prazo tanto para os acionistas quanto para os demais públicos de interesse do Banco e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Desenvolvimento do capital humano

A educação corporativa é um recurso para alcançarmos o propósito e os objetivos estratégicos do Banco, além de reforçar os valores organizacionais. Os resultados das ações de capacitação são avaliados por meio do Sistema Integrado de Avaliação de Programas de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (SIAP), cuja finalidade é disponibilizar informações abrangentes e confiáveis para a tomada de decisão e melhoria das ações, do desempenho de educadores e de funcionários treinados, dos resultados organizacionais e da alocação de recursos.

As últimas avaliações de programas de treinamento foram realizadas em 2023, conforme demonstrado a seguir:

- Segunda fase do **Programa Cultiva Agro** que teve como objetivo entender e atender às necessidades dos clientes, ampliando a perspectiva dos funcionários em relação às demandas desse público, com olhar direcionado para o futuro do setor agro, lançando novos temas, como Visita Agro, Jornada do Cliente Agro, Sustentabilidade Agro, Mulheres no Agro e Agro Futuro. A expectativa nos médio e longo prazos é prestar um serviço personalizado capaz de gerar negócios, diversificar as soluções ofertadas e melhorar a satisfação e fidelização dos clientes.

Até o momento, os resultados demonstraram que, para cada real investido no Programa, o Banco obteve um retorno de R\$ 2,24 e incremento na Margem de Contribuição de R\$ 3,34 milhões. Além disso, foi aplicada pesquisa com os participantes que indicou os seguintes resultados para o negócio: aumento da receita da carteira de agronegócios (65% dos respondentes); melhoria do NPS (70%); diversificação de soluções na carteira de clientes (75%); nível negocial da agência (74%); e aumento da satisfação do cliente (76%).

- Jornada Conexão Cliente** também passou por avaliação. Essa capacitação surgiu com o objetivo de desenvolver competências para um atendimento negocial sustentável e cada vez mais centrado no cliente. A JCC busca a melhoria da satisfação do cliente e, ainda, alavancar resultados comerciais com o aumento das vendas dos produtos de Capitalização, Consórcio, Previdência, Seguro pra Vida e Prestamista.

Em 2023, os resultados demonstraram que, para cada real investido na JCC, o Banco obteve um retorno de R\$ 0,12 e incremento na Margem de Contribuição de R\$ 1,08 milhão. Ainda, a pesquisa com os participantes apontou que a JCC contribuiu significativamente nos resultados organizacionais com a oferta de capitalização (59,6% dos respondentes); consórcio (55,1%); previdência (59,5%); seguro pra vida (55,5%); e seguro prestamista (58,9%).

Avaliação de programa de treinamento

Informação	2021		2022	2023	
	Jornada Super	Capacitação e adimplência	Desenvolve Setor Público	Cultiva Agro – 2ª Fase	Jornada Conexão Cliente
Nº de funcionários / perfil no programa avaliado	159	68 mil	1.018	413 gerentes de relacionamento (49 agência agro, 11 agência estilo, 347 agência varejo, 2 escritórios de negócios, 4 lojas BB)	342 funcionários (203 Escriturários, 19 Supervisores Atend. UN, 23 Assist. Neg. UN, 65 Assist. Neg. UN, 32 não identificados)
Investimento realizado no programa avaliado	R\$ 1.399 mil	R\$ 182 mil	R\$ 401 mil	R\$ 1.030.929,44	R\$ 17.575,38
Retorno sobre o Investimento do programa avaliado	546%	4.200%	218%	R\$ 2,24 (224%)	R\$ 0,12 (12%)
Incremento na Margem de Contribuição (MC)	R\$ 9,04 milhões	R\$ 7,84 milhões	R\$ 1,27 milhão	R\$ 3.343.741,21	R\$ 1.084.117,09

Mais informações sobre os programas estão disponíveis no [Relatório Anual 2023](#).

Retorno sobre investimento em capital humano

Para avaliar o retorno sobre investimento com capital humano, o Banco do Brasil utiliza o HC ROI, que em 2023 registrou 7,55, representando elevação de 5,04% em comparação com o resultado de 2022, acompanhando a tendência de evolução dos últimos anos, o que indica bons índices de retorno de investimento em capital humano pelo Banco do Brasil.

Os valores de Despesas Operacionais referem-se às Despesas de Intermediação Financeira. As Despesas com Funcionários referem-se às Despesas de Pessoal, disponíveis no Relatório de Desempenho 4T2023, página 4, em <https://ri.bb.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

Os indicadores de desempenho do capital humano são monitorados para medir a execução da estratégia de desenvolvimento deste capital. Além de indicadores financeiros, são observados dados como a quantidade de funcionários com no mínimo 40 horas de capacitação anuais em cursos priorizados pelo BB para gestores e demais funcionários, de acordo com sua função e área de atuação.

Além disso, são considerados também os cursos presenciais ou à distância, além de cursos de escolha do próprio funcionário. São acompanhadas ainda as médias de horas de treinamento presencial por funcionário, horas de treinamento à distância e de acessos diários ao Portal da Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB).

Também são acompanhados indicadores de custos, como: valor total investido em programas de capacitação; investimento em treinamento por empregado; redução de despesas com deslocamento e hospedagem em função do programa de e-learning; e percentual de utilização do orçamento de educação corporativa alocado em cada unidade da empresa.

A tabela a seguir indica a série histórica do HC ROI desde 2020:

HC ROI

	2020	2021	2022	2023
a) Total da receita ¹	159.996.394	174.379.983	293.344.926	322.439.982
b) Total das despesas com operação ¹	66.478.724	68.152.404	159.851.103	170.867.643
c) Total das despesas com funcionários (salários + benefícios)	20.162.515	21.004.981	21.570.030	23.137.883
Resultado HC ROI (a-(b-c))/c	5,63819469	6,05725661	7,18885662	7,55083003
FTE	78.237	72.676	73.648	73.800

¹ R\$ mil

Fonte de dados: Demonstrações Contábeis

Em 2023, o HC ROI registrou 7,55, o que indica bons índices de retorno de investimento em capital humano pelo Banco do Brasil.

Treinamento e desenvolvimento

Nas tabelas abaixo, apresentamos os principais indicadores referentes à treinamento e desenvolvimento de pessoal em 2023, calculados com base em FTE (*Full-Time Equivalent*). Os indicadores referentes ao número total de funcionários do BB podem ser consultados no [Relatório Anual 2023](#).

Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento

	2023
Total de horas de treinamento e desenvolvimento	11.238.409
FTE	73.800
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	152,28

Valor médio gasto por FTE em treinamento e desenvolvimento (R\$)

	2023
Investimento em Treinamento e Desenvolvimento	80.200.000,00
FTE	73.800
Valor médio investido por FTE em treinamento e desenvolvimento	1.086,70

Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento estratificadas por gênero

Gênero	2023		
	Mulheres	Homens	Total
Total de horas de treinamento e desenvolvimento	4.531.490	6.706.919	11.238.409
FTE	30.180	43.620	73.800
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	150,14	153,75	152,28

Média de horas de treinamento e desenvolvimento por função

Função	2023				
	Gerência	Assessoramento	Operacional	Técnico	Total
Total de horas de TD&E ¹	3.833.127	1.520.993	5.725.325	158.964	11.238.409
FTE	31.375	8.787	32.665	973	73.800
Média de horas por FTE de TD&E	122,17	173,10	175,27	163,37	152,28

¹ TD&E: Treinamento, Desenvolvimento e Educação Corporativa.

Média de horas por FTE de treinamento e desenvolvimento estratificadas por raça

Raça	2023						Total Geral
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Informado	
Total de horas de treinamento e desenvolvimento	324.212	7.889.697	19.659	2.523.135	481.119	587	11.238.409
FTE	2.100	52.740	122	16.058	2.777	3	73.800
Média de horas de treinamento e desenvolvimento por FTE	154,38	149,59	161,13	157,12	173,25	195,66	152,28

Média de horas por FTE estratificadas por faixa etária

Faixa etária	2023			Total geral
	< 30 anos	30 - 50 anos	> 50 anos	
Carga horaria	657.486	8.322.458	2.258.465	11.238.409
FTE	2.676	54.252	16.872	73.800
Média de horas por FTE	245,70	153,40	133,86	152,28

Atração e retenção de talentos

A atração, retenção, satisfação e desenvolvimento de talentos é um tema relevante para o BB. Acreditamos que investir nesses aspectos é fundamental para a continuidade dos negócios e uma forma de nos mantermos competitivos em um contexto de transformação digital e centralidade no cliente.

No BB, as seleções e contratações externas acontecem por meio de concurso público, de acordo com a necessidade de pessoal identificada para cada região, com exceção dos assessores especiais e do secretário particular da Presidência, observada a dotação máxima de três assessores e um secretário, que são funções de livre contratação e exoneração, conforme previsão do Estatuto Social do BB. O grau de qualificação é determinado com base nas exigências do cargo, mas considera também a promoção da inclusão social. As vagas internas são preenchidas por funcionários da empresa, levando-se em consideração a qualificação dos candidatos e os requisitos necessários para o exercício da função.

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais indicadores referentes às contratações. Informações adicionais estão disponíveis no **Relatório Anual 2023**.

Contratações e movimentações de pessoas

	Novas Contratações (FTE) ¹							
	2020		2021		2022		2023	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Contratações no período²	4	0,09	18	0,22	3.717	38,43	2.327	26,95
Faixa etária								
<30 anos	0	0,00	4	22,22	2.171	58,41	1.521	65,37
30-50 anos	4	100	14	77,78	1.481	39,84	768	33
>50 anos	0	0,00	0	0,00	65	1,75	38	1,63
Gênero								
Homens	2	50,00	9	50,00	2.827	76,06	1.960	84,23
Mulheres	2	50,00	9	50,00	890	23,94	367	15,77
Custo médio contratação(R\$)		230,00		300,00		310,45		320,00

¹ No momento da contratação, todos os funcionários cumprem jornada de trabalho de 6h diárias (Full-Time Equivalent).

² Percentuais ajustados para correção dos dados publicados em 2022.

Nosso quadro funcional

O quadro de funcionários do Banco do Brasil é formado por 86.220 funcionários selecionados por concurso público em regime CLT, mais 34 estatutários e 388 estagiários. O Banco do Brasil segue a legislação brasileira (CLT) que determina a carga horária de trabalho de 6h a 4h para algumas funções do setor bancário, tais como: escriturários, caixas, estagiários e aprendizes.

Vagas internas preenchidas por funcionários (FTE)^{1,2}

	2020		2021		2022		2023	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Preenchimentos no período	4.338	99,91	8.212	99,78	5.955	61,57	6.309	73,05
<30 anos	210	4,84	348	4,24	423	7,1	958	15,18
30-50 anos	3.835	88,41	7.228	88,02	5.204	87,39	5.054	80,11
>50 anos	293	6,75	636	7,74	328	5,51	297	4,71
Homens	2.506	57,77	4.928	60,01	3.500	58,77	3.724	59,03
Mulheres	1.832	42,23	3.284	39,99	2.455	41,23	2.585	40,97

¹ Todas as vagas internas são preenchidas por funcionários do BB.

² Ressaltamos que os dados referentes ao indicador "Vagas Internas Preenchidas por Funcionários" foram alterados, devido a mudança de metodologia de cálculo do indicador, que passou a considerar o preenchimento interno de vagas em funções comissionadas.

Pesquisa de engajamento Banco do Brasil - FTE

	2021	2022	2023	Meta
Índice de Engajamento	66,1	63,8	67,1	68
Cobertura* (abrangência)	17%	28%	62%	

* Em 2021 e 2022 foi considerada a amostragem de 50.000 elegíveis. Em 2023 foi considerado o total de funcionários ao final do ano, excluindo ausências (férias, licenças, abonos em geral, etc).

Quadro de Funcionários no Exterior por país

Ano/País	2021	2022	2023	Total Geral
Alemanha	1	1	2	4
Argentina	5	6	7	18
Austria	3	5	5	13
Chile	1	-	1	2
China	1	2	1	4
Cingapura	2	-	-	2
Estados Unidos	10	12	13	35
França	1	-	-	1
Ilhas Cayman	1	2	1	4
Japão	6	8	5	19
Paraguai	1	1	1	3
Portugal	2	-	1	3
Reino Unido	6	8	7	21
Total geral	40	47	42	129

Avaliação Corporativa de Desempenho

A remuneração variável dos funcionários está vinculada ao Acordo de Trabalho - Conexão, que mensura o desempenho da gestão das unidades em relação às metas estabelecidas e impacta a remuneração variável dos funcionários mediante o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e Remuneração Variável da Diretoria Executiva (RVA).

As unidades organizacionais são avaliadas a partir de um conjunto de métricas de mensuração de performance vinculados a temas estratégicos definidos e priorizados pelo Banco. Dentre os temas abordados estão: Financeiro, ASG, Pessoas, Conformidade, Gestão de Riscos, Risco de Crédito, Processos e Experiência do Cliente. Os indicadores são revistos periodicamente de forma a assegurar que permaneçam suficientemente desafiadores e alinhados à Estratégia Corporativa do Banco.

No que se refere ao gerenciamento de riscos, a avaliação de desempenho das unidades organizacionais se dá por meio de indicadores específicos, alinhados à natureza das responsabilidades institucionais de cada área, e referem-se essencialmente à gestão de perdas operacionais, controle da inadimplência, fortalecimento da relação risco x resultado, segurança de ambientes físicos, mitigação de riscos, eficácia dos modelos de gestão de risco, dentre outros.

Quanto ao tema ASG, os indicadores contemplados na avaliação de desempenho referem-se, por exemplo, ao incentivo às finanças sustentáveis, ecoeficiência e ao cumprimento do Plano de Sustentabilidade- Agenda 30 e diversidade.

Diversidade, Equidade e Inclusão

As ações para promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) no quadro funcional do BB são garantidas pelas políticas gerais de recursos humanos, pelo Código de Ética, além de normativos dos programas de ascensão profissional que contemplam ações pró-equidade de gênero nos recrutamentos e seleções internas.

Também temos amadurecido os dispositivos e as ações em prol da equidade de gênero, no sentido da conscientização, responsabilização e construção orgânica da representatividade interna.

Em 2023, revisamos nossa Política Específica de Gestão de Pessoas e incluímos enunciado no qual declaramos que “valorizamos a diversidade, equidade e inclusão, temos uma cultura inclusiva, equitativa, que respeita a diversidade e a individualidade de cada funcionário, possibilitando que cada pessoa possa ser quem é, criando um ambiente de trabalho justo e seguro”. Além disso, dada sua transversalidade, o tema permeia outros enunciados da política.

Ainda em 2023, assumimos o compromisso público, junto ao Pacto Global da ONU no Brasil, de sermos uma empresa embaixadora dos Movimentos Salário Digno, Elas Lideram 2030 e Raça é Prioridade. Além de atuar como agentes propagadores das ações afirmativas

relacionadas à gênero e raça/etnia, junto à toda a cadeia de valor do BB, nos comprometemos com metas para que mulheres e etnias sub-representadas ascendam à liderança do Banco.

Comprometida com diversidade e inclusão e com o objetivo de aprimorar a recepção de novos funcionários, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil, preparou educadores corporativos com formação específica para atuação com Pessoas com Deficiência (PcD) egressas do último concurso público. Além de conteúdos específicos sobre PcD, a formação incluiu conteúdos de diversidade em seus vários aspectos, preparando os educadores não só para a condução da temática na capacitação dos novos funcionários, mas para uma atuação inclusiva.

Entre as diversas ações para promover a inclusão da Pessoa com Deficiência, o BB assumiu o compromisso de reservar, no mínimo, 12,5% das vagas a PcDs nos próximos concursos.

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais indicadores referentes à composição do quadro funcional, calculados com base em FTE (*Full-Time Equivalent*). Alguns dos indicadores referentes ao número total de funcionários do BB podem ser consultados no **Relatório Anual 2023**.

Composição do quadro funcional por gênero 2023

Indicador de Diversidade	% (FTE)
Participação das mulheres na força de trabalho total (como % da força de trabalho total)	40,89
Participação de mulheres em todos os cargos de gestão, incluindo gestão júnior, média e sênior (como % do total de cargos de gestão)	37,17
Participação de mulheres em cargos de gestão júnior, ou seja, primeiro nível de gestão (como % do total de cargos de gestão júnior)	40,36
Participação de mulheres em cargos de alta gestão, ou seja, no máximo dois níveis de distância do CEO ou cargos comparáveis (como % do total de cargos de alta gestão)	26,73
Participação de mulheres em cargos de gestão em funções geradoras de receita (por exemplo, vendas) como % de todos esses gerentes (ou seja, excluindo funções de suporte, como RH, TI, Jurídico, etc.)	37,58
Participação de mulheres em cargos relacionados ao STEM (como % do total de cargos STEM)	19,41

Meta Raça é Prioridade:

- 30% de pessoas negras, indígenas, quilombolas e demais grupos étnicos minoritários em posição de liderança até 2025

Cargos considerados:

1º nível gerencial de todas as unidades; 2º nível gerencial de unidades estratégicas, táticas e de apoio; 3º nível gerencial de unidades estratégicas.

Meta Elas Lideram 2030:

- 30% de mulheres em posição de alta liderança até 2025

Cargos considerados:

presidente(a), vice-presidente(a), diretor(a), gerente geral de unidade estratégica, gerente executivo (a) de gerência autônoma e auditor(a) geral.

Composição do quadro funcional por raça/etnia 2023

Composição com base em, especifique:	Participação na força de trabalho total (% da força de trabalho total) (FTE)	Participação em todos os cargos de gestão, incluindo júnior, pleno e sênior (% da força de trabalho de gestão total) (FTE)
Asiáticos	2,90	2,85
Pretos e pardos	25,70	25,52
Branco	71,22	71,46
Indígenas	0,17	0,17
Outro por favor, especifique: Não informados	0,01	-

Composição do quadro funcional por outras minorias 2023

Indicador de Diversidade	% (FTE)	Cobertura % (FTE)
Pessoas com deficiência	2,35	100
LGBTQIAPN+ ¹	-	-
Faixa etária		
<30 anos	3,63	100
30-50 anos	73,51	100
>50 anos	22,86	100

¹ O Banco lançou no início de março/2023 um formulário de autodeclaração de gênero, que permite identificar com qual gênero os funcionários se identificam: masculino, feminino, não-binário ou outros. No entanto, ainda não temos dados suficientes para uma análise demográfica. Além disso, não coletamos informações sobre a orientação sexual de nossos funcionários.

Saúde, segurança e **bem-estar**

Nossa Política de Gestão de Pessoas contém subitens específicos sobre saúde e segurança no trabalho (SST). As diretrizes de SST constantes da Política são operacionalizadas por meio do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, especialmente com o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme requisitos da NR 01. Por meio do PGR, conseguimos identificar perigos no ambiente e processos de trabalho, avaliar os riscos ambientais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos de acidentes), utilizando uma matriz de riscos de frequência e gravidade, e eliminar e mitigar esses riscos, através de planos de ação em um processo de melhoria contínua.

Os perigos são identificados em visitas técnicas a todos os estabelecimentos do Banco do Brasil, tendo como base estudos prévios, dados relacionados a saúde dos funcionários e a percepção dos trabalhadores quanto aos riscos ocupacionais. Os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde são avaliados e indicado o respectivo nível de risco, conforme metodologia constante no Relatório do PGR.

Em 2023, foram realizados 2.430 PGR nas operações do Banco, alcançando 100% dos estabelecimentos, conforme a meta estabelecida.

Usando o PGR como fonte de informações das condições de trabalho, além da mitigação e eliminação dos riscos, os dados também auxiliam na criação de programas de saúde voltados às necessidades dos funcionários.

As Análises Ergonômicas do Trabalho (AET) realizadas tem como objetivo adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente. As avaliações ergonômicas estão presentes desde a fase de concepção de novos ambientes, máquinas, equipamentos e processos de produção, minimizando-se, pois, a adoção de medidas corretivas.

Realizamos inspeções de segurança em todos os ambientes do Banco para avaliar os aspectos ambientais da edificação, analisar os incidentes e acidentes de trabalho e reduzir os riscos encontrados. Todas as avaliações realizadas, os dados epidemiológicos e os exames ocupacionais são utilizados para alimentar o sistema de gestão de SST.

Em 2023, o edifício Sede do BB recebeu auditoria externa e manteve a certificação ISO 45001, abrangendo, aproximadamente, seis mil funcionários próprios e 500 terceirizados.

As ações estratégicas para promover saúde e segurança são executadas pela Rede de Serviços Especializados em

Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt), que conta com 129 profissionais (engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, além dos Gerentes de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho) e representação em todos os estados e Distrito Federal.

Monitoramento de riscos

A rede do Sesmt é apoiada nas unidades pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa) e pelo Responsável pela Prevenção de Acidentes (RPA). Aquelas unidades com até 80 funcionários dispõem de um RPA e nas acima de 81 funcionários são constituídas as Cipas, conforme determinado pela Norma Regulamentadora 5, do Ministério Trabalho.

O RPA e as Cipas são formados por profissionais treinados com a finalidade de atuar na prevenção de acidentes do trabalho e/ou doenças ocupacionais no âmbito do prédio onde estão instalados, sempre assessorados pelos Sesmt. Dessa forma, todos as unidades de negócio estão abrangidas por comissões de saúde e segurança no trabalho.

Rede de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt)¹

	2021	2022	2023	Variação 2022-2023
Participantes	139	132	129	-2,3%

¹ A rede Sesmt é formada por Engenheiros de Segurança do Trabalho, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalho, Técnicos de Segurança do Trabalho e Auxiliares de Enfermagem do Trabalho

Para a elaboração do PGR e inspeções de segurança, as equipes dos Sesmt realizam visitas anuais às unidades para identificar perigos e avaliar a mitigação de riscos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes no ambiente de trabalho, mensurando as variáveis ambientais, como ruído, iluminação, umidade e temperatura.

Os dados coletados são registrados no sistema de gestão e, quando necessário, são elaborados planos de ação para eliminação e redução dos riscos e perigos. Profissionais de SST acompanham o cronograma e as metas de cumprimento dessas ações. As metas quantitativas incluem ajustes no processo de trabalho, treinamento e entrega de equipamentos de proteção individual ou coletivo, entre outras.

A priorização dos planos de ação toma como base o nível do risco identificado,

avaliando a probabilidade da ocorrência e a severidade do impacto.

O sistema de gestão é baseado no ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), ferramenta aplicada que visa a melhoria contínua de processos. Assim, é necessário que as variáveis de controle possam ser antecipadas de maneira que, entre as etapas do processo, exista um acompanhamento do que foi executado anteriormente e uma avaliação posterior dos resultados para que haja a melhoria contínua buscada.

Análises Ergonômicas do Trabalho (AET) ou Análise Ergonômica Preliminar são realizadas para adequação do trabalho às necessidades de funcionários Pessoa com Deficiência (PcD), assim como para a adequação de postos e processos de trabalho em geral. Disponibilizamos a consultoria ergonômica para que qualquer funcionário possa acionar o Sesmt para uma avaliação

de seu posto e processo de trabalho, de forma on-line ou presencial. Em 2023, foram realizadas 934 consultorias ergonômicas.

Devido à pandemia nos anos de 2020 e 2021, houve redução das visitas in loco nas dependências para evitar a propagação da Covid-19. Em 2022, houve atraso no início das viagens devido à alta de casos de Covid-19 em janeiro e fevereiro.

Além da identificação dos perigos e riscos, também nos preparamos para responder a emergências, por meio de planos para situações como assalto, incêndio, inundação, desmoronamento, pandemias, epidemias e surtos.

Com o início da pandemia da Covid-19, criamos grupos estratégicos executivo e regionais para condução das medidas adotadas pela instituição, com base nas recomendações do Ministério da Saúde. O monitoramento dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19, desenvolvido em 2020, continuou a ser utilizado em 2021 e 2022, tanto como fonte de informação do número de casos da doença quanto para pautar as decisões administrativas sobre as medidas adotadas na empresa.

Para o cenário de incêndio, temos treinamentos simulados recorrentes de abandono dos prédios, conduzidos por Grupos de Resposta a Emergências (Gruas), grupamentos de funcionários capacitados para executar os

procedimentos previstos nos planos de emergência, além de brigadas de incêndio, de acordo com a legislação local.

A instrução normativa 399 apresenta no item 17.14.2 que qualquer funcionário deve interromper sua atividade exercendo o direito de recusa, sempre que constatar evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis. Esta orientação também está disponível no Sistema de Saúde e Segurança no Trabalho, no qual existe local para o funcionário informar qual a situação de perigo ou não conformidade encontrada.

A partir da comunicação de evento adverso em qualquer unidade de negócio, o Sesmt realiza a investigação de incidentes e acidentes de trabalho para fins de enquadramento legal, emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho e acompanhamento da frequência e da gravidade dos eventos. Os incidentes de trabalho são aqueles que não causam risco à saúde dos trabalhadores, mas possuem potencial para causar dano. A investigação do acidente gera ainda o levantamento de ações para mitigar os riscos e evitar novos eventos adversos.

Programa de Gerenciamento de Riscos¹

	2021	2022	2023
Avaliações de riscos ambientais realizadas	1	2.796	2.430
Inspeções de segurança realizadas	0	2.948	2.536
Análises ergonômicas realizadas	0	451	983
Consultoria ergonômicas ²	n.d.	1.499	934

¹ Em janeiro de 2022, o até então Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) foi substituído pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a NR 1 do MT, que estabelece as disposições gerais relativas à segurança e à medicina do trabalho para todos os trabalhadores e empresas regidos pela CLT.

² A consultoria foi implementada em 2022.

Prevenção de riscos

Investimos na capacitação para prevenção de riscos relacionados ao trabalho e à saúde ocupacional. Em 2023, foram ofertados treinamentos específicos na área de Saúde e Segurança no Trabalho, que envolvem soluções educacionais sobre riscos ocupacionais no trabalho, legislação trabalhista e previdenciária, assédio, ergonomia, saúde e qualidade de vida.

Por meio da Trilha Saúde Mental, disponível no Portal UniBB, buscamos conscientizar os funcionários a adotarem estilo de vida mais saudável a partir de soluções educacionais que contemplam temas como Inteligência emocional, Mindfulness, Nutrição, Sobrepeso e Obesidade, Risco Cardiovascular, Estresse e Qualidade do Sono, Burnout, Gestão do Tempo, Gestão de Conflitos, Resiliência, Organização e Ergonomia, além de outros temas sobre prevenção e saúde integral.

Além disso, o BB tem um Portal de Saúde e Segurança no qual estão agrupadas todas as informações referentes a SST. Lá existe um canal de comunicação com os funcionários, por meio do qual ele pode relatar um acidente, incidente, não conformidade, crítica, sugestão, entre outros.

Outra forma de comunicação interna é a ferramenta “Fale com a Gpes” que possibilita que qualquer funcionário faça comentários ou sugestões de melhorias para o Sistema de Gestão de SST. Também é disponibilizado

ao funcionário o chatbot para que ele possa pesquisar, a qualquer momento, através do aplicativo WhatsApp, informações referentes ao tema Saúde e Segurança do Trabalho. Aqueles questionamentos que a ferramenta não consiga atender de forma automática, são direcionados ao transbordo e atendidos por algum profissional do Sesmt que esteja escalado para realizar esse tipo de atendimento.

Há, ainda, a possibilidade de participação dos trabalhadores na Agência de Notícias do Banco do Brasil, que permite que qualquer funcionário emita comentários sobre as notícias divulgadas. Esses comentários são posteriormente analisados pelas áreas afins ao tema e avaliada a pertinência das sugestões.

Cuidado com a saúde

Visando a prevenção e a redução de problemas de saúde, temos um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que, por meio de exames ocupacionais (admissional, periódico, retorno ao trabalho), identifica o perfil epidemiológico dos funcionários, que baliza a elaboração de ações de prevenção de riscos/problemas de saúde. Para reduzir o risco de adoecimento por influenza, realizamos a campanha de vacinação anual contra influenza, disponibilizada de forma gratuita para todos os funcionários e menores aprendizes, com a meta de vacinar 66% do público.

Realizamos o Exame Periódico de Saúde (EPS) anualmente. O exame é essencial para

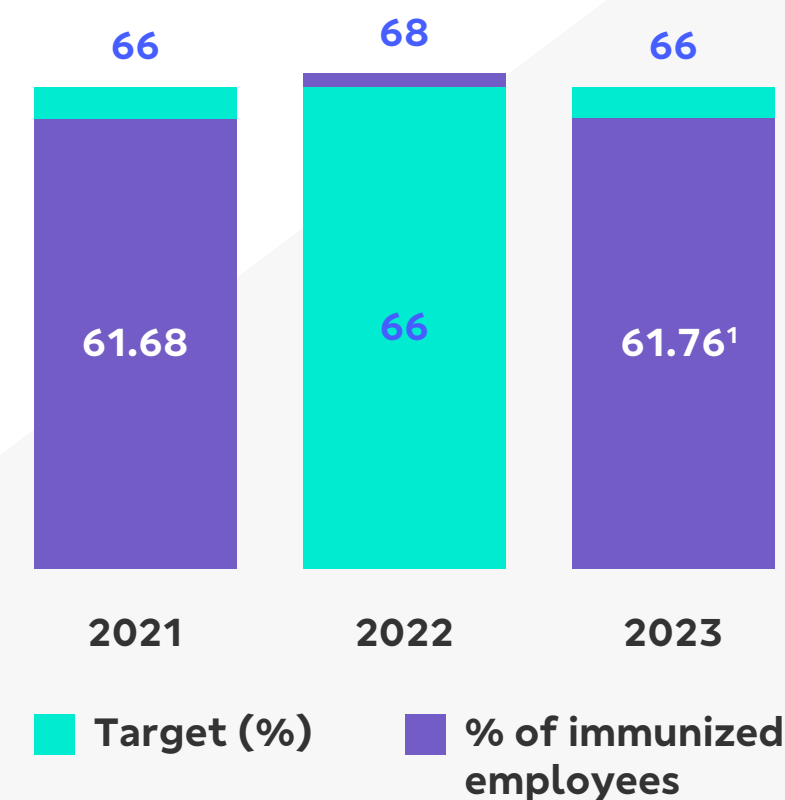
Capacitação para prevenção de riscos relacionados ao trabalho e à saúde ocupacional

	2021	2022	2023
Treinamento em Saúde e Segurança no Trabalho ¹	24.548	66.770	70.215
Treinamentos em Bem-Estar ²	10.309	-	-

¹ Os treinamentos em Saúde e Segurança têm como públicos obrigatórios os colaboradores que compõem a CIPA e RPA e atendentes das Centrais de Relacionamento (CRBB), assim como os funcionários indicados para o trabalho remoto institucional. Contudo, o conteúdo fica disponível para todos os funcionários da empresa que venham a ter interesse nos assuntos abordados.

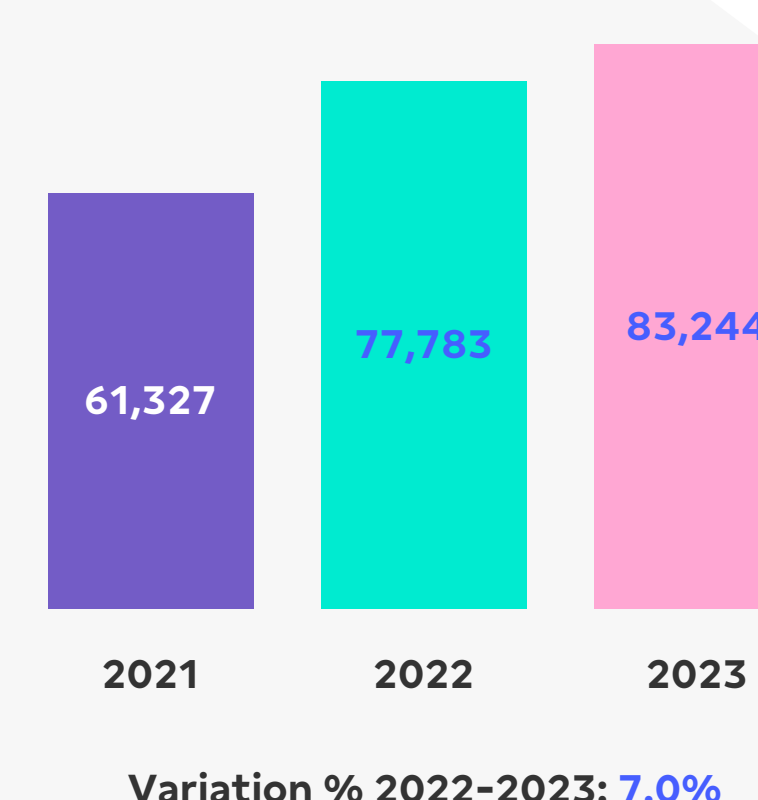
² Os cursos de Bem-Estar foram integrados aos Treinamentos em Saúde e Segurança no Trabalho (SST) em 2022.

Vacinação contra a gripe¹



¹ Em 2022, é possível que as campanhas sobre a vacinação contra Covid-19 tenham influenciado os resultados positivos. Em 2023, houve ampliação do Programa Nacional de Imunização, possibilitando que toda a população fosse vacinada na rede pública, o que pode ter influenciado o resultado da Campanha de Vacinação do Banco. Para 2024, mantivemos a meta estabelecida uma vez que é um benefício voluntário.

Exame Periódico de Saúde (EPS)¹



¹ O número de EPS realizados vem aumentando, demonstrando o retorno à normalidade pós-pandemia.

rastrear eventuais problemas ocupacionais, identificar outras doenças comuns, como depressão, aplicar o teste de Lipp para estresse geral e verificar o IMC e o sedentarismo, informações diretamente relacionadas ao risco cardiovascular. A meta de realização dos exames é de 95%. Em 2023, foram realizados 83.244 EPS.

Além da consulta com médico do trabalho, de acordo com idade e gênero, foram oferecidos aos funcionários exames complementares de realização facultativa. Os primeiros gestores podem realizar, voluntariamente, check-up de saúde, que contempla um número maior de exames por gênero e faixa etária.

Os resultados dos exames são utilizados no planejamento das ações de saúde e melhoria

na qualidade de vida no trabalho, sob supervisão dos profissionais de SST. Por meio do Sistema de Gestão de SST, acompanhamos as principais causas de afastamento do trabalho por motivo de saúde, que auxiliam na tomada de decisão para a implementação de programas e ações de prevenção.

Com relação ao cumprimento de critérios de SST para fornecedores, dispomos de previsão contratual que estabelece o cumprimento da legislação, com cobertura, entre outros aspectos, do treinamento relacionado a riscos ocupacionais; fornecimento de equipamentos de proteção individual e apresentação da documentação trabalhista.

Incentivos *fiscais*

Nossos incentivos fiscais seguem legislação específica e são destinados ao Incentivo à Cultura (Centro Cultural Banco do Brasil), aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), Fundo da Pessoa Idosa, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). O FIA e o Fundo do Idoso trabalham com públicos priorizados pelo Estado para inclusão e proteção social, enquanto as doações ao Pronon apoiam iniciativas e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos no campo da oncologia e das pessoas com deficiência.

Investimento em esporte e cultura

Os patrocínios esportivos desempenham importante função social e de fomento às categorias de base. Apoiamos e mantemos uma das parcerias mais longevas entre uma empresa e o esporte nacional: o patrocínio ao voleibol (praia e quadra).

Em 2023, 22 eventos de vôlei (praia e quadra) foram realizados e reuniram cerca de 180 mil pessoas, em jogos realizados em arenas e ginásios pelo Brasil. Além disso, os projetos

sociais mantidos pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) atenderam cerca de 12 mil crianças (de 7 a 14 anos), em 16 núcleos/ escolinhas de treinamento em diferentes cidades do País. Clínicas de vôlei realizadas durante as etapas do vôlei de praia, com a participação do público, mobilizaram 920 crianças.

Já o Circuito Banco do Brasil de Corrida de Rua teve oito etapas em oito estados e a participação de aproximadamente 29 mil corredores de todas as idades. Em 2023, o Banco também deu continuidade aos projetos de surfe e skate, com a realização de sete eventos na primeira modalidade e dois eventos na segunda.

No ano, o BB comemorou 34 anos de investimento em cultura, por meio de seus quatro centros culturais. Paulatinamente, as atividades presenciais voltaram à normalidade, mas os tours virtuais continuaram a ser disponibilizados no site, como forma de difundir o acesso à arte. A definição dos projetos que compõem a programação cultural ofertada ocorre por editais de seleção pública e prospecção criteriosa no mercado cultural, a fim de democratizar oportunidades, manter a transparência e garantir qualidade e adesão aos pilares conceituais e ao eixo curatorial do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

No início de 2023, foi publicado o Edital de Patrocínio Centro Cultural Banco do Brasil

2023-2025, com o objetivo de selecionar projetos a serem patrocinados pelo Banco do Brasil e demais empresas do Conglomerado BB.

O edital estabeleceu um eixo curatorial pautado, dentre outros temas, na necessidade de projetos que fossem inclusivos, reafirmassem nossas origens e ancestralidade, narrativas regionais e o pensamento decolonial. A comunicação foi disseminada com o intuito de garantir projetos de todas as regiões do país e foi alcançado o índice de 30% de propostas fora da região Sudeste, proporção preservada no resultado.

Os projetos selecionados passaram a fazer parte da programação do segundo semestre nas quatro unidades do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – nas cidades de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), garantindo uma programação diversificada e inclusiva. No ano, o Conglomerado BB investiu mais de R\$ 50 milhões na programação cultural dos espaços, sendo R\$ 14,7 milhões em valores incentivados pela Lei de Incentivo à Cultura.

Em 2023, os CCBBs foram palco de 251 iniciativas culturais, com mais de 3,7 milhões de visitantes, número 20% maior que o do ano anterior.

Houve vários projetos de destaque. A exposição Os Gêmeos – Nossos Segredos, apresentou obras e registros fotográficos dos irmãos Gustavo e Otávio Pandolfo. Contou

Incentivos Fiscais (R\$ milhões)¹

	2021	2022	2023
Lei Rouanet de Apoio à Cultura	3,8	4,0	7,0
Fundo para Infância e Adolescência	0	5,0	2,4
Fundo Nacional do Idoso	0	5,0	2,4
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon)	0	0	2,4
Valor total em doações	3,8	14,0	14,2

¹ Os programas Fundo para Infância e Adolescência (FIA), Fundo Nacional do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) não tiveram repasses em 2021. Até a realização das doações, a Lei 5307/2020, que prevê a prorrogação do Pronon estava aguardando sanção presidencial, motivo pelo qual não houve repasses em doação nesse mecanismo, mesmo havendo base tributária para tal.

com obras adaptadas especialmente para espaços dos CCBB e foi recorde de público nos CCBB Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Já o Studio Drift – Vida em Coisas itinerou pelas quatro praças explorando as relações dos seres humanos com a natureza e a tecnologia de forma simples e ao mesmo tempo profunda, conferindo ao público a oportunidade de vivenciar obras que tocam em elementos essenciais da vida na Terra.

Por fim, Marc Chagall: Sonho de Amor apresentou a trajetória de vida e obra do pintor Marc Chagall, que marcou as artes do século XX por meio da criação de um universo único, pautado pelo lirismo e pelo uso revolucionário de cores e formas. A exposição Portinari Raros, que apresentou trabalhos pouco vistos, ou nunca expostos, que evidenciam os aspectos mais raros da produção de Portinari, passou por Belo Horizonte e em Brasília, onde inaugurou a Galeria 5.

No teatro, A Aforista ganhou destaque e vários prêmios, incluindo os prêmios APCA de melhor espetáculo e melhor atriz. Seguindo o compromisso de apresentar projetos inclusivos que reafirmem nossas origens e ancestralidade, foram exibidos projetos como Azul, Jorge Para Sempre Verão, Babilônia Tropical, 12 Anos ou a Memória da Queda, Festival da Arte Surda, Fest Drag, Festival COMA, Toca na Favela, dentre outros, que abordam a identidade de raça, diversidade de gênero e inclusão. Tivemos, ainda, apresentações de Ballroom com instituições que acolhem transgêneros.

Apoio ao segmento de games e eSports

Os últimos anos marcaram o sucesso da estratégia de promoção da marca do Banco do Brasil no universo de games e eSports. Neste território, o Banco é uma das marcas mais reconhecidas no país, sendo importante ferramenta de apoio à estratégia de rejuvenescimento da marca e da base de clientes.

Desde 2018, o Banco apoia os games e eSports por meio de patrocínios, a exemplo da Brasil Game Show (BGS), da CCXP, com mais de 280 mil e 300 mil pessoas, respectivamente; e ações realizadas como o Stream Battle BB (batalha de streamers e criadores de conteúdos), do BB Game Series (campeonato universitário de eSports), da plataforma gamer, entre outras.

O desafio é conectar-se com a comunidade e consolidar a presença de marca com mais autoridade para se posicionar no cenário gamer. Portanto, estar em eventos como a CCXP integra as estratégias do Banco do Brasil para exposição da marca, reforça a conexão da marca BB com a comunidade, permite o relacionamento com público estratégico, além de possibilitar a prospecção e a geração de novos negócios.

No ano, o BB esteve presente em três eventos e, junto com a W7M eSports, organização de esportes eletrônicos patrocinada pelo Banco, realizou dez projetos e ações.

Ações socioambientais do CCBB

O Programa Educativo atende estudantes e público espontâneo, além de desenvolver material didático para as exposições de maior visibilidade, com linguagem adequada a estudantes dos ensinos fundamental e médio. Todas as exposições contam com programas específicos sobre temas ligados à cultura, como museologia e educação, além de visitas apoiadas por linguagem de sinais, destinadas à inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

	2021	2022	2023
Empregos diretos ¹	3.942	7.415	4.315
Empregos indiretos ¹	19.300	36.665	21.575
Coleta seletiva ²	18.920	38.137	10.908
Projeto educativo (visitantes atendidos)	17.169	120.852	194.335
Transporte educativo (crianças do Programa Educativo) ³	0	6.008	1.433
Transporte gratuito (pessoas) ³	3.874	13.371	51.507

¹ Os empregos diretos e indiretos tiveram aumento expressivo em 2022, pois foram desenvolvidos projetos represados de 2020 e 2021 (anos da pandemia do Covid-19).

² Em 2023, houve uma queda na geração de resíduos que pode ter ocorrido em razão do implemento e adoção das práticas de consumo sustentável, que levam a uma menor produção de lixo e, consequentemente, reduzem a necessidade de coleta e processamento de resíduos.

³ Sobre o transporte educativo, em 2023, houve um período longo com atuação restrita do Programa Educativo, por conta da transição e tramitação para a nova contratação. As atividades foram retomadas em meados de setembro e, somente após a consolidação do programa, é que o fornecimento do ônibus foi retomado. Já o crescimento do transporte de pessoas se deve ao fortalecimento da divulgação e do treinamento de funcionários de empresas contratadas para incentivar o uso do serviço gratuito.

Inclusão **Financeira**

Produtos e Serviços

Pix

O Pix é um meio de pagamento instantâneo, lançado em 2020, em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. É prático, rápido e seguro. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga.

Os avanços promovidos pelo Pix vão além da agilidade e praticidade dos pagamentos e transferências instantâneas. Oferecendo transações em tempo real, para qualquer instituição participante do arranjo, sem custo para clientes Pessoa Física (PF), o meio de pagamento foi responsável pela inclusão financeira de milhões de brasileiros que eram desbancarizados. A solução atraiu pessoas de todos os perfis e regiões, do interior e das cidades, alfabetizados ou não, jovens e idosos, pessoas que antes mantinham recursos em casa para o pagamento de pequenas despesas, contas e dívidas.

Com a grande aceitação do Pix, houve uma redução do dinheiro em espécie em circulação, reduzindo custos com a impressão de cédulas e moedas e disponibilização de numerário.

Dados do Bacen confirmam a adesão maciça da população ao Pix, incluindo ambulantes, desempregados e moradores de rua, que aderiram ao QR Code Pix impresso ou à chave Pix para receber doações ou pagamentos. Todos os usuários da ferramenta dispõem de um celular com acesso à internet e, mesmo sem renda comprovada, foram capazes de se inserir no mercado financeiro, o que demonstra a democratização do acesso aos serviços bancários.

No Banco do Brasil, ao final de 2023, eram 21 milhões de clientes Pessoas Físicas (PF) com 25 milhões de chaves Pix cadastradas. Foram registradas mais de 4 bilhões de transações Pix enviadas e recebidas, alcançando um valor transacionado superior a R\$ 1,6 trilhão. O incremento na quantidade de Pix enviados e recebidos pelo BB foi superior a 34,7% em comparação com o ano anterior.

BB Crédito Acessibilidade

Já o BB Crédito Acessibilidade é uma linha para a aquisição de itens de Tecnologia Assistiva, visando à qualidade de vida e à

inclusão social das pessoas com deficiência. Tem condições diferenciadas de juros, que variam de 6% a 7,5% ao ano. O público-alvo é de correntistas PF com renda mensal bruta de até dez salários-mínimos.

Em 2023, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 99,4 milhões em cerca de oito mil operações contratadas, atendendo mais de 7,9 mil clientes. Regulamentado pelo Governo Federal em 2012, quando esse instrumento foi criado, o investimento já alcançou R\$ 975 milhões, beneficiando cerca de 100 mil pessoas em todo o país.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf, que conta com suporte de equipes capacitadas em crédito rural, especialistas em investimentos e engenheiros agrônomos, é voltado a mini e pequenos produtores rurais, promovendo geração de renda e fortalecendo as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar.

Em 2023, no âmbito do Pronaf, aproximadamente 196 mil agricultores familiares foram atendidos, com um total de R\$ 21 bilhões e cerca de 308 mil operações, com participação em 39% das contratações do mercado em operações de custeio, investimento e industrialização. Os negócios atingiram 82% dos municípios brasileiros, o que demonstra a abrangência do programa. Em 2023, R\$ 13,45 bilhões em operações foram contratados por meio do Correspondente Pronaf.

Projetos de apoio não financeiro

O Banco do Brasil, por meio da Fundação BB, apoia projetos de inclusão financeira em caráter não financeiro para grupos vulneráveis, os quais são selecionados a partir de diagnósticos e/ou avaliações socioeconômicas e ambientais realizadas nos territórios de regiões desfavorecidas.

Em 2023, destacamos:

Afro-Moda em Rede, cujo público-alvo são jovens mulheres negras de comunidades de baixa renda de Salvador (BA). O objetivo é emponderar e capacitar essas mulheres com foco no empreendedorismo digital no segmento da moda afrodescendente para a geração de renda e a transformação social.

Não há como ignorar a existência da desigualdade de gênero e como isso cria diversos obstáculos para as mulheres no mercado de trabalho. Segundo estudo Estatística de Gênero divulgado pelo IBGE¹ em março de 2024, o número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho) das mulheres era 54,4 horas semanais em 2022, enquanto os homens trabalhavam 52,1, mas o

rendimento delas foi, em média, equivalente a 78,9% do recebido pelos homens.

A segmentação do público em adolescentes e jovens mulheres, de localidades situadas em áreas que refletem os extratos socioeconômicos com menor renda, pretende auxiliar a nova geração de mulheres, de 16 a 24 anos, com dificuldades complementares às questões de gênero, ligadas à renda, raça, nível de escolaridade, vulnerabilidade social, entre outras, para os desafios de empreender e de se inserir no mercado de trabalho.

No último ano, foram 550 inscrições, com 316 participantes selecionadas para 620 horas/aulas de capacitação, o que gerou 52 projetos de negócios digitais com o planejamento de finanças, vendas e marketing elaborados pelas jovens mulheres, sendo 10 deles apoiados por uma incubadora de negócios sociais.

Oferecendo assistência técnica para as comunidades tradicionais no Pará, o projeto **Sanear - Marajó Socioambiental: Inclusão Socioprodutiva por meio da Estruturação da Cadeia Produtiva do Açaí**, desenvolvido pela FBB em parceria com o BNDES, visa promover a inclusão



socioprodutiva e melhoria de qualidade de vida de comunidades agroextrativistas, contribuindo com a estruturação da cadeia produtiva do açaí e implantação de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, produção de alimentos e inclusão social e produtiva na Amazônia.

O projeto Afro-Moda em Rede pretende auxiliar a nova geração de mulheres, de 16 a 24 anos, com dificuldades complementares às questões de gênero, ligadas à renda, raça, nível de escolaridade, vulnerabilidade social, entre outras, para os desafios de empreender e de se inserir no mercado de trabalho.

A partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental (Marco Zero) realizado na região do arquipélago de Marajó, composta por 16 municípios em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é 0,63, um dos mais baixos do país com quase a totalidade das pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, foram destacados os seguintes problemas/desafios: Carência de saneamento básico e escassez de água de qualidade; Padrões de exploração do agroextrativismo na cadeia do açaí inadequado e exploratório; Agricultores/extrativistas atuando de forma desorganizada com baixa capacidade técnica e gestão dos negócios.

As ações implementadas já trouxeram resultados ao longo de 2023, com a instalação de quintais agroflorestais em três comunidades onde foram plantadas mais de 42.000 mudas, distribuídas em 30 hectares. Os quintais foram implantados com auxílio e orientação técnica do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo) e participação direta de 78 famílias das comunidades, que se organizaram em mutirões para os dias de plantio de mudas de açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), em consórcio de outras 27 espécies agroflorestais nativas do Marajó das Florestas. Além disso, 90 pessoas foram capacitadas nos processos de formação continuada em temas como restauração ecológica e ambiental, quintais produtivos, gênero e sustentabilidade e a gestão de

empreendimentos comunitários (habilidades administrativas e financeiras). Outras ações já foram iniciadas com foco no saneamento, na captação e tratamento de água da chuva e a implantação das cozinhas extrativistas.

Outro projeto, o **Conexão Jovem Mercado**, tem como objetivo preparar jovens de 14 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social para a vida adulta e sua inserção no mundo do trabalho. São três linhas de atuação: desenvolver competências socioemocionais e cognitivas, básicas para vida e o mundo do trabalho; integrar tecnologias digitais no contexto pedagógico de ensino-aprendizagem; e desenvolver capacidades técnicas básicas para a inserção no mundo do trabalho.

A pesquisa mais recente do IBGE em 2021 concluiu que o país tem 14,8 milhões de desempregados, o que representa 14,7% da população economicamente ativa. Mas esse índice é ainda maior entre os mais jovens. Na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% estão em busca de trabalho. E, de 18 a 24 anos, o desemprego afeta 31% das pessoas. A avaliação de Marco Zero do projeto foi realizada por pesquisa censitária com os participantes, o que apresentou o perfil socioeconômico das famílias dos jovens. Alguns indicadores demonstram a vulnerabilidade dessas famílias, tais como: a fonte/média da renda familiar, escolaridade, local de moradia, entre outros.

Até o momento, foram investidos pela FBB R\$ 2,23 milhões em cinco convênios firmados com entidades de diferentes estados brasileiros.

Projeto Conexão Jovem Mercado:

- 413 jovens capacitados em 854 horas nos cursos de Informática;
- Miniempresa (aulas sobre empreendedorismo com habilidades administrativas e finanças) + Webinars;
- Formação Digital; Eu e a Comunicação; Empreendedorismo; Formação Humana

e Cidadã; Orientação Profissional; e Formação Sociocultural.

Além disso, 139 jovens foram contratados, sendo 131 por meio do Programa de Aprendizagem; 7 jovens foram contratados como estagiários; e um em regime CLT.

Direitos *Humanos*

O Banco do Brasil se compromete formalmente com o respeito aos Direitos Humanos, por meio do documento Compromisso BB com os Direitos Humanos. Em toda a nossa estrutura, desde o nível mais básico do corpo funcional até a alta administração, temos a orientação e processos/procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os impactos e os riscos a que estamos expostos. Por meio do gerenciamento de Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) o Banco realiza revisões periódicas e sistemáticas dos riscos, incluindo os aspectos de direitos humanos, com vistas a reduzi-los no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento dos riscos orienta-se pelo Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) (**veja mais detalhes no Relatório Anual, p. 174 e 175**) e é realizado com base em boas práticas de mercado, conforme as normas de supervisão e de regulação bancária. Por este modelo, as atividades de gestão dos riscos mapeados e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas em todos os níveis da organização.

No que tange à cadeia de fornecedores, o processo de gestão de riscos socioambientais contínuo e sistemático ocorre desde a contratação e durante todo o ciclo de relacionamento com o Banco. Nossos critérios

de seleção e contratação contemplam a responsabilidade socioambiental e registram o compromisso dos fornecedores com práticas de preservação ambiental, equidade, desenvolvimento social, bem como com o cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária e o combate à corrupção. Essas prerrogativas incluem, ainda, o direito de exercer liberdade de associação e negociação coletiva por parte de funcionários dos fornecedores. Um fiscal de contrato, um fiscal de serviço e a Ouvidoria Interna são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas para que eles registrem eventuais reclamações relacionadas aos seus contratos de trabalho.

Adicionalmente, dispomos de um processo de Due Diligence Integrada (avaliação anual e pós-contratação), que contempla as dimensões Ambiental, Social (Direitos Humanos) e Integridade. O mecanismo de Due Diligence em Direitos Humanos aplicado aos fornecedores de forma sistemática com revisão anual é um dos eixos contidos no gerenciamento de risco multidimensional de fornecedores BB, sendo que os aspectos observados são: trabalho forçado ou compulsório e/ou trabalho infantil; assédio moral ou sexual e/ou discriminação; discriminação em matéria de emprego e

ocupação; satisfação dos funcionários; respeito à livre associação sindical e direito à negociação coletiva; melhoria da qualidade de vida dos funcionários; relacionamento com a comunidade local visando seu desenvolvimento; fatores de diversidade como gênero, cor, etnia, orientação sexual, país de origem ou nacionalidade; empregabilidade de pessoas com deficiência etc.

O Banco do Brasil definiu uma ação específica no Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB sobre Direitos Humanos na cadeia de fornecedores: "Aprimorar o processo de due diligence ambiental e social (Direitos Humanos) na cadeia de fornecedores". O indicador estabelecido visa realizar e divulgar o processo de due diligence em Direitos Humanos em 90% da base de fornecedores estratégicos e críticos do BB, abrangendo a identificação das principais questões e grupos vulneráveis; o monitoramento; e as ações de mitigação.

Em 2023, tivemos o quinto ano da Due Diligence Integrada de Fornecedores BB. Nesse ciclo, alcançamos 90% da base de fornecedores considerados Estratégicos ou Críticos. Em termos de impacto socioambiental negativo potencial, dos fornecedores avaliados, 157 apresentaram risco alto na

dimensão Social (Direitos Humanos). Em 2023, foram identificados 72 descumprimentos de legislação trabalhista do total de 9.216 contratos vigentes, o que representa uma taxa de 0,78% de descumprimento. Foram adotadas medidas de mitigação ou remediação em 100% dos casos: 54,17% multados, 1,39% advertência e 44,44% suspensão ou impedimento de licitar/contratar com o Banco.

Para os fornecedores identificados com risco elevado em qualquer das dimensões avaliadas — Ambiental, Direitos Humanos e Integridade —, foram realizados feedbacks com orientações e recomendações de aprimoramento dos processos e gestão relacionados aos temas avaliados. Disponibilizamos cursos e fontes de consultas com temáticas que visam disseminar as diretrizes do Código de Ética do BB, além de termos realizado encontros com alguns fornecedores para conscientização da importância de implementar medidas ASG em suas operações e na gestão organizacional.

Cabe destacar que o Banco não contrata empresas que utilizam trabalho forçado ou compulsório e/ou trabalho infantil, faz fiscalização da prestação dos serviços em

suas dependências e unidades e sanciona os fornecedores que cometem essa ilegalidade, via processo administrativo que prevê a aplicação de punição administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.

Em novas relações comerciais – tais como: fusões, aquisições, joint ventures, etc – seguimos os que está estabelecido na Política Específica de Participações Societárias, com itens específicos sobre não realizar investimentos, incorporações, cisões e fusões ou parcerias societárias com terceiros que desrespeitem os direitos humanos (ou seja, submeta trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou a condições análogas a de escravo; pratique exploração sexual de menores; pratique exploração de mão-de-obra infantil).

Ademais, o BB possui metodologia robusta e sedimentada para realizar o Processo de Supervisão das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB), permitindo a avaliação do Sistema de Governança, Riscos e Controle (SGRC) das entidades ligadas de maior relevância para o conglomerado. Em 2023 foi concluído o Ciclo de Supervisão 2023, com

a avaliação do SGRC de 51 ELBB e avaliação de 2.375 orientações de aprimoramento, sendo 45 relacionadas ao tema do risco social e ambiental, o que incluiu a avaliação dos aspectos de Direitos Humanos para 100% dessas entidades. De acordo com as análises realizadas foram identificados riscos em 7 ELBBs (13,7%) e todas as empresas receberam orientações de aprimoramento para mitigação da fragilidade identificada, visando o aperfeiçoamento do tema Direitos Humanos em tais empresas.

